UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

IDENTIDADE DE ADOLESCENTES EM UMA UNIDADE DE INTERNAÇÃO E SEMILIBERDADE FEMININA NA CIDADE DE MANAUS

Anderson Aires Lopes

MANAUS/AM
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

IDENTIDADE DE ADOLESCENTES EM UMA UNIDADE DE INTERNAÇÃO E SEMILIBERDADE FEMININA NA CIDADE DE MANAUS

Anderson Aires Lopes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na linha de pesquisa: Processos Psicossociais.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas

MANAUS/AM
2017

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

L864i

Lopes, Anderson Aires
Identidade de adolescentes em uma unidade de internação e semiliberdade feminina na cidade de Manaus. / Anderson Aires Lopes. 2017
63 f.: 31 cm.

Orientadora: Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas
Dissertação (Mestrado em Psicologia: Processos Psicossociais) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Identidade de adolescentes. 2. Infração feminina. 3. História de vida. 4. Rede de Significações. 5. Sistema socioeducativo. I. Mascarenhas, Suely Aparecida do Nascimento II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

PARECER FINAL

ANDERSON AIRES LOPES

"Identidade de adolescentes em uma unidade de internação e semiliberdade feminina na cidade de Manaus."

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, na **Linha de Processos Psicossociais**.

Aprovada em 10 de maio de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas

Universidade Federal do Amazonas

Prof.ª Dr.ª Marilsa Miranda de Souza

Universidade Federal de Rondônia

Prof.ª Dr.ª Claudia Regina Brandão Sampaio

Universidade Federal do Amazonas

Dedico este trabalho, em especial, à minha mãe Maria Helena Lima Aires que tanto se dedicou para eu ser o que sou hoje. E às adolescentes entrevistadas nessa pesquisa que compartilharam suas histórias de vida comigo.

AGRADECIMENTOS

À minha família pelo amor e apoio incondicionais, principalmente nos momentos mais difíceis. Sou profundamente grato por me ensinarem a perseverar, apesar das adversidades enfrentadas pelo caminho.

Aos amigos com quem divido alegrias e tristezas, que me incentivaram a seguir em frente mesmo quando tudo parecia sair do percurso planejado.

À Prof.ª Dr.ª Iolete Ribeiro da Silva e a Prof.ª Dr.ª Ana Cristina Fernandes Martins pelas contribuições no Exame de Qualificação.

À Prof.ª Dr.ª Rosângela Dutra de Moraes, profissional e ser humano que admiro, agradeço por acreditar em mim desde a época da graduação. Os ensinamentos teórico-éticos compartilhados, trago comigo para a vida.

À Prof.ª Dr.ª Cláudia Regina Brandão Sampaio que é um exemplo de profissional engajada na transformação de trajetórias de adolescentes em vulnerabilidade, com quem tive a oportunidade de dividir experiências no projeto "En-canta a vida". Por essa razão, a música "*Stand by me*" do Ben E. King sempre terá um significado especial para mim.

À minha orientadora Prof.ª Dr.ª Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas, pela paciência e serenidade com que conduziu a orientação, apesar da distância geográfica e os diferentes posicionamentos que orientam nossos olhares.

Aos professores e aos colegas do Programa de Pós-graduação em Psicologia, pelos momentos ímpares que passamos juntos durante esses dois anos do mestrado.

A todos aqueles que contribuíram de forma direta ou indireta para a minha formação acadêmica e profissional.

À Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania e ao Juizado da Infância e Juventude Criminal por autorizarem a realização dessa pesquisa.

“Se não vejo na criança uma criança, é porque alguém a violentou antes, e o que vejo é o que sobrou de tudo que lhe foi tirado”. Herbert de Sousa, sociólogo e ativista dos direitos humanos.

RESUMO

A infração juvenil feminina tem sido negligenciada há bastante tempo por estudos científicos. Esta pesquisa visou compreender a identidade de adolescentes do sexo feminino numa unidade de internação e semiliberdade na cidade de Manaus/AM. O objetivo principal da pesquisa foi entender como foi construída a identidade infratora dessas adolescentes por meio de suas histórias de vida e os processos imbricados, como as consequências/repercussões do ato infracional no que tange à identidade. A base epistemológica norteadora deste trabalho foi a abordagem Sócio-Histórica. Os sujeitos dessa pesquisa foram 4 (quatro) adolescentes do sexo feminino que cumpriam medida socioeducativa de internação e/ou semiliberdade. A pesquisa de cunho qualitativo teve como instrumentos a entrevista semiestruturada e o questionário sociodemográfico. Para a análise dos dados, utilizou-se a narrativa da história de vida proposta por Ciampa (1987), com o olhar do sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação. Além disso, adotou-se o referencial teórico-metodológico da Rede de Significações que busca compreender os sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos, fornecendo subsídios significativos para preencher as lacunas da análise da narrativa da história de vida. Dessa forma, obteve-se como resultados a partir da análise das trajetórias de vida: histórico de perdas; abandonos; precário suporte da família e/ou figuras significativas; início na prática infracional por causa de familiares, companheiros ou amigos; uso precoce de entorpecentes; escola e outras instituições pouco presentes na vida das jovens, etc. Esperou-se com essa pesquisa que as adolescentes entrevistadas refletissem sobre suas histórias de vida e, assim, pudessem construir/tecer narrativas não atreladas ao ato delituoso. Ao mesmo tempo, espera-se contribuir com as pesquisas na área, tendo em vista que há poucas pesquisas com adolescentes do sexo feminino no sistema socioeducativo.

Palavras-chave: Identidade de adolescentes, Infração feminina, História de vida, Rede de Significações, Sistema socioeducativo.

ABSTRACT

The juvenile female infraction has been neglected for a long time by scientific studies. This work aimed to understand the identity of female adolescents in a socio-educational center in the city of Manaus/AM. The main objective of the research was to understand how the identity of these adolescents was constructed through their life histories and the processes imbricated, as the consequences/repercussions of the infraction act regarding identity. The epistemological basis for this study was the socio-historical approach. The participants in this study were 4 (four) female adolescents. The qualitative research had as instruments the semi-structured interview and the sociodemographic questionnaire. For the analysis of the data, the life history narrative proposed by Ciampa (1987) was used, with the perspective of the syntagma Identity-Metamorphosis-Emancipation. In addition, we adopted the theoretical-methodological framework of the Net of Meanings that seeks to understand the meanings attributed by the subjects, providing significant subsidies to fill the gaps in the analysis of the narrative of life history. In this way, the following results were obtained from the analysis of life histories: history of losses; abandonment; precarious family support and/or significant figures; beginning in the infraction practice because of relatives, companions or friends; early use of narcotics; school and other institutions little present in the lives of adolescents, etc. It is expected that with this research that the adolescents interviewed reflect on their life histories and, therefore, could construct/weave narratives not associated to the criminal act. At the same time, it is expected to contribute to the researches in the area, considering that there are few studies with female adolescents in the socio-educational system.

Key words: Identity of adolescents, Female offenders, Life history, Net of meanings, Socio-educational system.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 11
   1.1. Delimitação do tema e do problema 12
   1.2. Justificativa 14
   1.3. Objetivos da pesquisa 14
2. CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO
   2.1. Situando a adolescência 15
   2.2. Adolescências, ato infracional e a prerrogativa da Lei 17
   2.3. Breve histórico sobre as políticas para crianças e adolescentes no Brasil 19
   2.4. Considerações sobre gênero e o ato infracional 20
   2.5. Conceito de identidade proposto por Ciampa 26
3. CAPÍTULO II – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 31
   3.1. Local 32
   3.2. Participantes 32
   3.3. Instrumentos para a coleta de dados 32
   3.4. Critérios de inclusão e exclusão ..... .33
   3.5. Análise dos dados 33
   3.6. Cuidados éticos 35
4. CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS 37
   4.1. História da Ana 39
   4.2. História da Lúcia 42
   4.3. História da Denise 46
   4.4. História da Micaela 49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 55
6. REFERÊNCIAS 57
7. ANEXOS 60

INTRODUÇÃO

O interesse em investigar sobre adolescentes surgiu quando participava do projeto de extensão intitulado “En-canta a vida: canto coral e fatores protetivos a adolescentes em medida socioeducativa na cidade de Manaus”, que visava por meio da música, gerar fatores protetivos aos adolescentes em cumprimento de medida de internação, vinculado ao Laboratório de Intervenção Social e Comunitária da Universidade Federal do Amazonas. Findo o projeto, dei continuidade com a pesquisa de conclusão de curso de graduação, que teve por objetivo investigar as vivências subjetivas dos professores do sistema socioeducativo.

Nesse contexto, pude perceber o quão frágil e ineficaz o Estado poderia ser para atender as demandas de adolescentes em vulnerabilidade social. Notei que esses adolescentes que violaram direitos, também tinham seus direitos infringidos. Pode-se inferir que estes conheceram o caráter mais duro da lei, mas não seu aspecto protetor. Desde a participação no projeto de extensão até a conclusão dessa pesquisa, foram anos que estive imerso nesse campo. Dessa forma, pude amadurecer algumas ideias sobre o contexto social vivenciado por esses adolescentes. A primeira conclusão que cheguei foi esta: falhou-se em tentar assegurar direitos básicos a estes. É importante que se diga isso, porque se a infração foi o único caminho encontrado por esses jovens para se inserir socialmente, é porque há algo de muito errado com a nossa sociedade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado pela Lei No. 8.069/1990 tem como objetivo garantir que crianças e adolescentes sejam sujeitos de direitos, que a infância e a adolescência sejam tratadas com absoluta prioridade e que seja considerada a condição da pessoa em desenvolvimento. O estatuto, portanto, assegura por força de lei que a infância e a adolescência sejam vistas com a devida atenção, respeitando o momento peculiar de vida de crianças e jovens.

Deve-se dizer que houve avanços desde a promulgação do ECA no que diz respeito a garantia de direitos, minimizando as gritantes desigualdades sociais. A efetivação desses direitos vai ao encontro do ideal de uma sociedade mais igualitária e fraterna. Entretanto, há um longo caminho a ser percorrido em termos de justiça social.

É necessário que a questão da desigualdade que perpassa as relações cotidianas e sociais não seja inviabilizada e vista como natural. Desigualdade: essa é a palavra que mais

repercute em minha cabeça quando penso nas adolescentes que participaram dessa pesquisa. Desigualdade de oportunidades, de acesso à renda, a moradia, a educação de qualidade, a saúde, a bens e serviços, entre tantos outros.

A escolha em investigar adolescentes do sexo feminino não foi feita de forma arbitrária/aleatória. Supunha-se que houvesse particularidades pelo fato de ser menina e estar envolvida com o ato infracional. Observou-se por meio da história de vida dessas adolescentes que há diferenças nas motivações para a entrada no mundo da infração, atreladas muitas vezes a classe social e ao gênero.

A literatura demonstra que quase da totalidade de adolescentes infratores são do sexo masculino, em números percentuais representam cerca de noventa e cinco por cento (95%) das infrações cometidas. Entretanto, foi importante para essa investigação entrevistar adolescentes do sexo feminino para saber as continuidades e descontinuidades com a infração e as possíveis mudanças nas trajetórias de vida das adolescentes, principalmente quando forem traçados por elas esboços identitários desvinculados do ato delituoso.

Essa dissertação está dividida da seguinte forma: (I) Contextualização sobre a adolescência, o ato infracional e um breve histórico das políticas públicas pra crianças e adolescentes no Brasil; Considerações sobre gênero; Conceito de Identidade proposto por Ciampa; (II) Procedimentos metodológicos; e (III) Apresentação e discussão dos dados.

1.1. DELIMITAÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA

A identidade tem sido objeto de estudo da Psicologia nos mais variados contextos. A cultura nos constrói – e construímos – a história da humanidade ao mesmo tempo em que nos constituímos enquanto sujeitos sociais numa teia complexa, que inclui processos de subjetivação, muitas vezes desiguais, tais como as desigualdades socioeconômicas, de gênero e etnia, entre outros.

As formas de desigualdade social, iniquidade e exclusão, nesse sentido, parecem atingir tanto as mulheres quanto os homens, mesmo que em dimensões diferenciadas. Acredita-se que por ser adolescente do sexo feminino e estar envolvida com o ato infracional pode se vulnerabilizar duplamente: primeiro, por ser adolescente e segundo, por ser mulher. O que pode ocasionar, possivelmente, a exposição a mecanismos sociais que excluem as

mulheres da vida em sociedade, como por exemplo, menos oportunidades de se inserir no mercado formal de trabalho, etc.

A Psicologia tem procurado dar respostas e estado sensível às questões de gênero. Pouco tem se pesquisado, entretanto, em relação à construção da identidade das adolescentes no contexto socioeducativo. É necessário explicitar que embora o ato infracional ocorra na maior parte das vezes com adolescentes do sexo masculino. Acredita-se que haja diferenças significativas entre as motivações de adolescentes homens e mulheres para se envolver no cometimento de infrações.

Parte-se, nesta pesquisa, do conceito de identidade proposto por Ciampa (1987), da identidade metamorfoseada, que está num processo contínuo e incessante de construção. É, dessa forma, um processo dialético de interação entre os sujeitos e a sociedade. Nesse sentido, é relevante investigar sobre o processo da construção da identidade em adolescentes.

Propõe-se nesta pesquisa a narrativa da história de vida, pois é possível se reinventar ao contar sua própria história, visto que pode ser o autor e personagem num movimento criativo e inventivo de si. Dessa forma, ao contar sua história, a adolescente poderá contar seu passado, o que pode trazer como benefício à ressignificação de algumas situações no momento presente, vislumbrando outras possibilidades ao projetar-se no futuro e poder manifestar seus anseios e desejos na construção da própria existência, como por exemplo, dizer seus planos a médio e longo prazo, construindo assim, o projeto de vida numa perspectiva temporal.

Dessa maneira, espera-se que as adolescentes entrevistadas consigam perceber que a prática infracional não é o único percurso possível. Portanto, o processo reflexivo pode possibilitar novos arranjos identitários de si por meio da atividade/ação no mundo. Os caminhos trilhados por jovens de determinadas classes sociais está marcado, principalmente, pela exclusão e desigualdade social. Embora se reconheça que não é possível prever os processos de mudança, entende-se que contar sua história de vida é um recurso significativo para que estas ocorram.

Colocaram-se como questões-problema no decorrer da pesquisa: (I) Como se constrói a identidade infratora de adolescentes do sexo feminino? e (II) Quais processos podem influenciar as possíveis transformações identitárias nas trajetórias de vida de adolescentes do sexo feminino que cometeram ato infracional?

1.2. JUSTIFICATIVA

Reafirma-se a relevância social de se pesquisar sobre as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa na sua dimensão subjetiva. O processo de construção da identidade das adolescentes sob a perspectiva do gênero é importante para se conhecer sobre como essas subjetividades se apresentam, num movimento de reconstrução constante. Podendo ganhar contornos diferentes no contexto do "conflito com a lei". Poucos estudos científicos, apesar disso, abordam o gênero feminino e os processos que implicam o ato infracional.

O pouco investimento desprendido pelo Estado por meio de políticas públicas atinge não só aos internos dos centros socioeducativos, como também todos os atores sociais envolvidos, como mostrou a pesquisa realizada com professores de uma unidade de internação masculina, no qual as dificuldades, os limites e as possibilidades desses profissionais foram constatados (LOPES, 2013). Destaca-se que sem a devida atenção a essa realidade, pode-se agravar o estado de institucionalização pelo qual passam os jovens e crianças em privação de liberdade.

Foi importante para a escolha do tema da pesquisa, a trajetória acadêmica do pesquisador nesse contexto, com a participação no projeto de extensão "En-canta a vida: canto-coral e atenção à subjetividade de adolescentes em medida socioeducativa" e da pesquisa intitulada "Subjetividade e trabalho docente: vivências subjetivas de professores do sistema socioeducativo em Manaus" (LOPES, 2013). Percebeu-se a importância de investigações compromissadas com o meio socioeducativo, visando à transformação social dessa realidade.

1.3. OBJETIVOS DA PESQUISA

Objetivo geral: Compreender como se constroem as identidades das adolescentes autoras de atos infracionais que estão cumprindo medida de internação e semiliberdade no sistema socioeducativo da cidade de Manaus-AM.

Objetivos específicos:

(I) Investigar por meio da trajetória de vida como se constrói a "identidade infratora" em adolescentes do sexo feminino; (II) Analisar como se deu o ato infracional e seus desdobramentos na vida dessas jovens no que tange à identidade.

CAPÍTULO I

REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Situando a adolescência

A adolescência é vista como um período de inúmeras mudanças físicas e sociais, sendo, portanto, uma fase difícil ou problemática na vida dos jovens, pois são diversos os desafios enfrentados na passagem para a vida adulta. A concepção predominante na Psicologia é que os adolescentes são portadores de uma natureza e/ou essência universais. O pensamento normativo que rege a compreensão que se tem dessa etapa da vida, é compartilhado por autores como Aberastury e Knobel (1989), partindo de um viés naturalizante, embora não desconsiderem a importância sociocultural nas manifestações da adolescência, expuseram os desequilíbrios e instabilidades inerentes à adolescência que pode ser chamada de "síndrome da adolescência normal".

Essa síndrome é caracterizada pela seguinte sintomatologia, a saber:

> 1) busca de si mesmo e da identidade; 2) tendência grupal; 3) necessidade de intelectualizar e fantasiar; 4) crises religiosas, que podem ir desde o ateísmo mais intransigente até o misticismo mais fervoroso; 5) deslocalização temporal, onde o pensamento adquire as características de pensamento primário; 6) evolução sexual manifesta, que vai do autoerotismo até a heterossexualidade genital adulta; 7) atitude social reivindicatória com tendências anti ou associais de diversa intensidade; 8) contradições sucessivas em todas as manifestações da conduta, dominada pela ação, que constitui a forma de expressão conceitual mais típica deste período da vida; 9) uma separação progressiva dos pais; e 10) constantes flutuações de humor e do estado de ânimo. (ABERASTURY e KNOBEL, 1989, p. 29)

Essa teoria supracitada é uma tentativa de normatizar a adolescência, sendo possível dizer o que é normal ou patológico no comportamento juvenil. O conceito de normalidade utilizado leva em consideração aspectos culturais, econômicos, sociais, etc. Entretanto, acredita-se que todos os adolescentes passam de forma parecida pela adolescência, tendo um caráter biológico e universal. Ao término dessa fase, os adolescentes que por alguma razão não conseguiram superar a síndrome normal, são considerados desviantes à norma, e, portanto, perversos ou antissociais.

No entanto, adotou-se nesse estudo a perspectiva sócio-histórica do desenvolvimento humano desenvolvida por autores como Bock (2004), visando a superação de visões deterministas no campo da Psicologia. Nesse sentido, a autora, embasada principalmente nas ideias de Leontiev e Vygostsky, defende que o ser humano não nasce com uma "natureza humana", ele torna-se homem:

> O homem não nasce dotado das aptidões e habilidades históricas da humanidade, pois elas foram conquistadas e criadas. O homem nasce candidato a essa humanidade, humanidade esta que está no mundo material, cristalizada nos objetos, nas palavras e nos fenômenos da vida humana. Aqui se invertem, por completo, as visões tradicionais da Psicologia, que supõem uma humanidade natural do homem. As características humanas e o mundo psicológico que estavam tomados na psicologia como um a priori do homem, como algo de sua natureza humana, surgem agora como aquisições da humanidade e precisam ser resgatadas do mundo material para que o mundo psicológico se desenvolva, se humanize. (BOCK, 2004, p. 31)

A adolescência na teoria sócio-histórica não é vista como uma fase natural do desenvolvimento, isto é, uma etapa entre a infância e a idade adulta. Esta é, portanto, considerada uma construção social que tem implicações nas subjetividades e no desenvolvimento do homem. A adolescência está associada ao desenvolvimento do corpo, mas não deve ser vista como natural, pois até mesmo as alterações no corpo constituem a adolescência como um fenômeno social, com sentidos e significados atribuídos a elas. Essa abordagem "não faz a pergunta 'o que é a adolescência', mas 'como se constituiu historicamente esse período do desenvolvimento'" (p. 40). Em outras palavras, essa abordagem acredita que só é possível compreender os fenômenos em sua totalidade, o que os constitui e dá-lhe sentido. O que implica buscar entender a adolescência na sua gênese histórica e seu desenvolvimento. (BOCK, 2004)

É importante se dizer que a adolescência que conhecemos hoje é algo relativamente novo. Após o período das revoluções industriais, a sociedade moderna tem gerado grandes modificações na sua forma de vida. Dessa forma, é criado um novo grupo social com padrão coletivo de comportamento: a juventude/adolescência. Para Bock (2004) "a adolescência refere-se, assim, a esse período de latência social constituída a partir da sociedade capitalista, gerada por questões de ingresso no mercado de trabalho e extensão do período escolar, da necessidade do preparo técnico" (p. 41). Essas questões sociais e históricas vão constituindo uma fase de afastamento para o trabalho e o preparo para a vida adulta.

A construção da adolescência é consequência de um processo histórico que se deu ao longo dos séculos, é, portanto, uma criação humana. Esse fenômeno, nem sempre se deu tal como conhecemos, e evidentemente, se dá de forma diferenciada para os diversos segmentos sociais. Erickson (1976) define a adolescência como uma moratória social, ou seja, um compasso de espera para os compromissos da vida adulta. É importante destacar que devido às diferenças sociais e culturais, existem múltiplas formas de inserção social dos jovens, por exemplo, alguns adentram na vida adulta mais cedo que outros. Todavia, Bock (2004) defende que não há nada de patológico nem há nada de natural, a adolescência é social e histórica. E o mais correto seria defini-la não no singular, mas no plural, pois não há uma única adolescência como possibilidade de ser; há uma adolescência como significado social, mas suas possibilidades de expressão são muitas, assumindo infinitos contornos.

2.2. Adolescências, ato infracional e a prerrogativa da Lei

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera como ato infracional o crime ou a contravenção penal. Dessa forma, entende-se que os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis e estão sujeitos a medidas socioeducativas previstas nesta lei. Segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, o significado de inimputável é "[...] que ou quem não pode ser responsabilizado por um fato punível, por não ter as faculdades mentais e a liberdade necessárias para avaliar o ato quando o praticou".

Tem-se criado a falsa ideia que a imputabilidade está relacionada com a impunidade. O que é, entretanto, inverídico, pois aos jovens envolvidos na prática infracional são atribuídas a responsabilização por meio das medidas socioeducativas. É importante se posicionar diante dessa falácia que o que resta a esses jovens é a impunidade, quando setores mais conservadores da sociedade responsabilizam os jovens pelo aumento dos índices de violência e pressionam para a aprovação da redução da maioridade penal.

A pesquisa foi realizada com adolescentes que estavam cumprindo medida de Internação e Semiliberdade. De acordo com o Estatuto, em seu artigo 121: "a internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento". Já a medida de semiliberdade

é uma forma de transição para o meio aberto, o que possibilita as jovens participar de atividades externas, sem necessitar de autorização da instituição e/ou decisão judicial.

Conforme a referida legislação, em nenhuma hipótese a medida de internação pode ultrapassar 3 (três) anos. A adolescente após esse período deverá ser posta em regime de semiliberdade ou liberdade assistida. A liberação é compulsória quando a adolescente completa seus vinte e um anos de idade.

A medida socioeducativa leva em conta a capacidade da adolescente em cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. A medida de internação, portanto, é aplicada em último caso pelo sistema de justiça, a saber: "I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves; ou III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta".

Segundo dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/2007, a população adolescente (12 a 21 anos) é de 21.265.930 milhões. De acordo com o levantamento realizado pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo no ano de 2012, referente aos/as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, indicam que 20.532 adolescentes estavam em restrição de liberdade - internação, internação provisória e semiliberdade, e de 88.022 em meio aberto - prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida (BRASIL, 2013).

Portanto, quando se compara a totalidade dos adolescentes brasileiros com a quantidade de adolescentes infratores, verifica-se que a porcentagem é de 0,10% dos que estão em privação de liberdade e 0,41% que cumprem medidas em meio aberto, tais como prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida.

Esse relatório da Secretaria de Direitos Humanos explicita que embora esse número seja quantitativamente pequeno, não se deve deixar de investir em políticas públicas para esses jovens, visando assegurar os direitos estabelecidos em lei e que repercutam em políticas sociais que incluam o adolescente em atendimento socioeducativo (BRASIL, 2013).

2.3. Breve histórico sobre as políticas para crianças e adolescentes no Brasil

No ano de 1927 foi criada a primeira legislação específica no Brasil para crianças e adolescentes, o Código de Menores, conhecido como Código Mello Mattos. Esse Código não abrangia todas as crianças e adolescentes, somente as que estavam em "situação irregular", isto é, os menores de 18 anos que eram "pobres, abandonados, delinquentes ou em vias de delinquir". Embora possa ter sido um avanço frente à Lei do Ventre-Livre (1871), que foi o primeiro dispositivo legal protetivo a crianças no Brasil, esse código tinha um viés controlador-repressivo com o objetivo de manter a ordem social.

Em 1979, é promulgado o Novo Código de Menores, mas não há avanços significativos, pois a doutrina da situação irregular continuou vigente. Segundo Veronese (1997), ao fazer um exame crítico desse conjunto de regras jurídicas, determinados tipos de infância eram vistas como "patologia social", e, portanto, passíveis da intervenção tutelar do Estado. Por outro lado, o Estado não se via como responsável por essas crianças e adolescentes, reduzindo-as à condição de objetos de medidas judiciais, como consequência tinha-se a "inferiorização" desses sujeitos.

É com o processo de redemocratização do país que foi instituída uma Assembleia Constituinte, culminando na promulgação da Constituição Federal de 1988. A partir daí, se começa a conceber as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos. Em seu artigo 227 determina que:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O texto constitucional teve influência de dispositivos internacionais. Dois anos depois foi aprovada a Lei no. 8.069/90 que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. O Estatuto foi a mais avançada lei referente à proteção da infância e adolescência, pois se pode superar, pelo menos em termos jurídicos, o paradigma da situação irregular, e caminhar rumo ao Paradigma da Proteção Integral.

O Estatuto é um importante mecanismo da nossa democracia. O ECA é regido pelos princípios da proteção integral e da prioridade absoluta de crianças e adolescentes. Para

Salum (2011), esses princípios adotados são importantes, pois a infância e a adolescência passam a ser alvo de políticas públicas num país marcado por fortes desigualdades sociais, visando a redução do estado de privação das camadas sociais mais desprovidas de recursos.

É importante compreender, nesse contexto, a mudança pragmática que se deu com a aprovação do Estatuto. O ECA visa proteger todas as crianças e adolescentes sem nenhuma distinção, inclusive aquelas que cometeram algum ato infracional. A concepção de adolescente do Código de Menores era a de "delinquente", "perigoso", etc. A perspectiva adotada pelo estatuto é a da pessoa em situação peculiar de vida que está em processo de desenvolvimento e que pode ser ou não autor de um ato infracional.

Nesse sentido, aos adolescentes que infringem a lei é atribuída responsabilidade sobre o ato, entretanto, o caráter não é punitivo como a sanção penal, mas educativo, visando a ressocialização. O ECA esclarece que verificada a prática de ato infracional, poderá ser aplicada ao adolescente as seguintes medidas: I – advertência; II – obrigação de reparar o dano; III – prestação de serviços à comunidade; IV – liberdade assistida; V – inserção em regime de semiliberdade; VI – internação em estabelecimento educacional.

Segundo Gárcia Méndez (1998) citado por Salum (2011), uma política para os infratores graves deveria ser uma política para a vida e uma política para a liberdade. O autor esclarece que é um paradoxo educar para a liberdade por meio do recurso de sua privação, embora reconheça que há casos que uma intervenção socioeducativa só é possível nessas condições. Gárcia Méndez defende que o desafio é o desenvolvimento de uma cultura da tolerância que seria o duro aprendizado em lidar com a diversidade. Salum (2011) esclarece que a cultura da internação é presente em nossa sociedade, mesmo que o ECA tenha adotado uma perspectiva pedagógica que privilegia o aspecto socioeducativo em lugar do punitivo-repressivo.

2.4. Considerações sobre gênero e a relação com o ato infracional

Há muito tempo a infração feminina tem sido negligenciada. Os principais motivos da ausência de estudos sobre a delinquência feminina quando se compara com a masculina são: o papel secundário da mulher na sociedade, o preconceito que atribui pouco ou nenhum valor às

manifestações de desajuste social da mulher e o desinteresse da opinião pública. Sabe-se que o fenômeno da criminalidade entre as jovens tem aumentado em muitos países no mundo, o que desperta o interesse da sociedade civil, das instituições sociais e do meio acadêmico. Esse crescimento, entretanto, vem sempre a reboque da delinquência juvenil masculina (ASSIS e CONSTANTINO, 2001).

No Brasil há poucos estudos sobre gênero e ato infracional. Desde a década de 1980, poucos se interessaram por essa temática, entretanto, não é um campo esvaziado. As pesquisas realizadas até então foram conduzidas por pesquisadoras. O universo da infração feminina mobiliza principalmente mulheres, talvez por perceberem que ser mulher num mundo tão misógino e machista não é tarefa fácil. Embora as histórias contadas pelas adolescentes investigadas sejam bem distintas das pesquisadoras, o fato de ser mulher as une.

A pesquisa feita por Zaluar (1994) citado por Assis e Constantino (2001) investigou sobre as mulheres envolvidas com o crime no Rio de Janeiro. A autora mostrou que as mulheres não chegam a 25% do total de pessoas envolvidas com o tráfico de drogas, ocupando papéis secundários nas atividades associadas à delinquência. A autora reconhece que o envolvimento com o crime está ligado a um "*ethos* da masculinidade".

Silva e Rosseti-Ferreira (2002), constataram que os estudos se propõem a traçar o desenvolvimento das atividades criminais sem menção à questão de gênero, sustentam implicitamente que esse desenvolvimento é similar em homens e mulheres, tratando as diferenças estatísticas apenas como diferenças quantitativas da manifestação da violência. Loeber e Stouthamer-Loeber (1998) citado por Silva e Rosseti-Ferreira (2002), discutem como essa concepção é errada, apresentando dados que mostram diferenças de gênero tanto em termos de padrões de comportamento como de entrada e de duração do envolvimento com o crime ao longo do ciclo vital. Isso se dá, pois historicamente, homens e mulheres têm sido educados para cumprir papéis sociais diferentes, estão submetidos a condições de vida diferentes que originam modelos de subjetividade diferenciados para cada gênero.

Em revisão crítica da literatura, Silva e Rosseti-Ferreira (2002), mostraram que os estudos têm colocado os atos infracionais no rol dos chamados comportamentos antissociais, pois infringem as normas de convivência social, não importando a distinção do gênero do infrator. Contudo, as autoras defendem que qualquer ato só é definido como antissocial se o coletivo o definir, assim, julgamentos de valor e ideológicos atravessam essa definição*:* "um

ato constituído como antissocial não é outra coisa senão social; não existe ato sem compartilhamento" (SILVA e ROSSETI-FERREIRA, 2002, p. 582).

Assis e Constantino (2001) realizaram uma pesquisa com adolescentes que cumpriam medida socioeducativa na cidade do Rio de Janeiro, buscando compreender sobre a infração feminina. Não obstante, as respectivas mães dessas adolescentes também foram entrevistadas e as pesquisadoras constataram "um ciclo de abandonos e amadurecimentos forçados".

A metáfora "Filhas do mundo" que deu nome ao livro, fruto dessa pesquisa sintetiza - segundo as autoras - as histórias dessas adolescentes e suas mães. Verifica-se no decorrer do livro, não apenas 'abandonos', mas também histórias de resistências, de mulheres que não aceitaram os papéis destinados para as mulheres das classes populares: submissa e subalterna. Mesmo que para isso, tivessem que entrar nesse caminho que é a vida criminosa. Isso não significa que essa via foi a mais saudável, mas foi a alternativa encontrada por elas. As histórias apresentadas na investigação supracitada corroboraram para entender os dados dessa pesquisa e demonstram as muitas fragilidades dessas mulheres.

Para Assis e Constantino (2001), a nova posição da mulher na sociedade traz muitos desafios a essas "meninas/mulheres", que se sentem mais solitárias para enfrentar os obstáculos. A busca de novos espaços e formas de convivência social tem trazido dificuldades no estabelecimento de limites nos relacionamentos familiares. Observam-se dois tipos de configuração: limites muito rígidos ou a total ausência deles.

Portanto, um estudo que envolvesse adolescentes do sexo feminino só poderia ser concebido segundo uma dimensão de gênero que para Sorj (1992), citado por Assis e Constantino (2001), "diferentemente do sexo, é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações" (ASSIS e CONSTANTINO, 2001, p. 16).

Deve-se dizer que são vários os fatores que influenciam a delinquência feminina, entre eles, podemos elencar: o padrão de socialização de gênero, o abandono, a dificuldade em estabelecer limites, a vitimização psicológica, física e sexual, a influência das drogas e das pessoas afetivamente significativas como parceiros, familiares e amigos envolvidos com a criminalidade (ASSIS e CONSTANTINO, 2001).

Alguns fatores de risco para o cometimento de infração são: a pobreza e a proximidade dessas jovens com o mundo da criminalidade, sobretudo a venda ilegal de drogas (ASSIS e CONSTANTINO, 2001). Atribuir à miséria a prática de delitos é ariscado, tendo em vista que o envolvimento infracional é multifatorial, incluindo não só questões sociais como a pobreza que assola as famílias das adolescentes, mas também se deve dar importância aos fatores individuais. Assis (1997) em seu livro "Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e seus irmãos não-infratores", buscou compreender o que levava esses adolescentes a infração enquanto seus irmãos não seguiam o mesmo caminho.

Para Assis e Constantino, a pobreza, a desigualdade social e o consumismo exagerado, fatos tão presentes na sociedade brasileira, referem-se às questões estruturais. Chesney-Lind (1997) citados por Assis e Constantino (2001) fala sobre a realidade de adolescentes americanas, esquecidas nas margens econômica e política do sistema: "Gênero, classe social e cor moldam as escolhas feitas pelas garotas, escolhas essas criminalizadas pela sociedade. Garotas negras e pobres têm maior contato com violências, drogas e abuso" (ASSIS e CONSTANTINO, 2001).

Segundo Assis e Constantino (2001), gênero, classe social e cor limitam as possibilidades dessas jovens:

> Ser mulher, pobre e descendente da raça negra, no contexto de discriminação vigente no país, certamente limita as possibilidades de crescimento e desenvolvimento juvenil, como também restringe e facilita algumas 'opções' tomadas. São, portanto, importantes conceitos para se entender a forma como as crianças do sexo feminino se tornam mulheres adultas, socialmente construídas (p. 52).

A realidade das adolescentes dessa pesquisa se aproxima com o que a literatura traz sobre a infração feminina de jovens. No que diz respeito à cor, boa parte das meninas entrevistadas eram pardas ou negras. Portanto, cor, classe e gênero parecem se entrelaçar, e nos faz refletir sobre a discriminação, o racismo e a desigualdade a que estão expostas. Para Assis e Constantino (2001) o direito de uma criança viver sua infância sendo protegida e cuidada, embora seja uma conquista de poucos séculos, está ainda praticamente ausente na vida de muitas meninas, que cedo assumem responsabilidades sobre suas vidas e a de suas famílias.

No imaginário social a infração feminina é um problema sério e sempre um número crescente. Contudo, isso não é o que os dados oficiais mostram. Em 1997, havia 20.352

adolescentes de 12 a 20 anos cumprindo medida socioeducativa no país. Apenas 7,4% eram do sexo feminino, existindo 12 infratores masculinos para cada adolescente infratora (ASSIS e CONSTANTINO, 2001).

Segundo a Secretaria de Diretos Humanos (2013), a faixa etária dos adolescentes, sem discriminar o sexo, que cumprem medida em meio fechado é entre 14 e 17 anos, o que representa 71% dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no país. Quando se faz o recorte de gênero dos adolescentes que cometem infrações, permanece a mesma proporção entre adolescente do sexo masculino e do sexo feminino desde 2010: 5% de meninas e 95% de meninos. O número de unidades exclusivamente femininas é de 35 no Brasil, de um total de 452 unidades (BRASIL, 2013).

É claro que não podemos fazer uma leitura superficial dessas estatísticas. O pouco interesse pela infração feminina se justifica por motivos óbvios: o número reduzido de meninas que infracionam quando se compara com as taxas masculinas. Assis e Constantino (2001) analisando os dados da 2ª. Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro verificaram que durante o período de 1991 a 1999 ocorreu um crescimento de 130% nas taxas de infrações masculinas e 109% nas femininas. A elevação do número de infrações, segundo as próprias autoras, pode não refletir a realidade, pois "um aumento aparente pode ser considerado como aquele que reflete o aumento do registro e não uma elevação dos crimes" (p. 27). O que pode significar que houve no período pesquisado uma oscilação devido à ação de mecanismos de controle.

Na literatura científica há muitas teorias que tentam explicar a infração feminina. As primeiras tentativas acreditam que as diferenças entre os meninos e meninas explicavam o grau e o tipo de envolvimento com o crime. Portanto, as características biológicas e psicológicas eram vistas como fatores predisponentes para a criminalidade.

As teorias modernas por muito tempo privilegiaram a estrutura social como responsável pela origem da delinquência, o que quebrou a hegemonia dos aspectos biológico e comportamental como determinantes. Passou-se a valorizar a inserção do infrator na estrutura social e as desigualdades de classes como as causas da delinquência. Segundo Heidensohn (1995) citado por Assis e Constantino (2001):

> O esquecimento das mulheres no universo teórico deu-se reforçando o machismo, pois, ao se enfocar a estrutura social como responsável pela delinquência, os jovens infratores adquiriram status de resistentes, considerados seres admiráveis e heróis. Retirava-se, assim, o caráter de anormalidade e patologia, que até então explicava a delinquência. Apenas os homens passaram a ser concebidos dessa forma. Enquanto

> as teorias modernas não se preocupavam com o crime feminino, o comportamento das mulheres criminosas continuava rotulado como inapropriado e não feminino; e elas, como portadoras de alguma anomalia ou de problemas no desempenho do seu papel sexual (ASSIS e CONSTANTINO, 2001, p. 29).

Essas teorias modernas foram criticadas por encarar de forma fatalista as origens da criminalidade, o que tira dos sujeitos sua capacidade de definir ativamente suas escolhas na vida. As teorias feministas fizeram uma crítica a esse viés de encarar a criminalidade feminina e deu importância maior ao papel de socialização diferenciada entre os sexos.

O debate das teorias feministas, embora muitas vezes duramente criticado, trouxe aspectos essenciais para o entendimento da criminalidade feminina. Assis e Constantino (2001) constatam que o aprofundamento do pensamento feminista influenciou sobremaneira o desenvolvimento de outras teorias, das quais merece destaque a do controle social. Dessa forma, esse controle que é exercido sobre as mulheres é um mecanismo capaz de explicar o índice reduzido da criminalidade feminina: "no âmbito institucional mais ampliado tem-se a polícia, a justiça e a mídia; e no âmbito das relações sociais mais próximas, a família, a escola e os grupos de amigos" (p. 31). O resultado do controle social sobre as mulheres é uma divisão de duas esferas: a pública, destinada ao homem; e a privada, restrita ao lar, às mulheres.

É importante dizer que assim como Assis e Constantino (2001), adotou-se a perspectiva nessa pesquisa que a entrada no mundo infracional é "resultado de uma variedade de pressões sociais, econômicas, estruturais e culturais, que se inter-relacionam de múltiplas formas e em diferentes intensidades, combinadas com respostas específicas de cada indivíduo" (p. 33).

2.5. CONCEITO DE IDENTIDADE PROPOSTO POR CIAMPA

A questão da identidade é estudada pelas mais diversas áreas do conhecimento, entre elas Sociologia, Antropologia, Psicologia, Filosofia, Literatura, entre outras. Para investigar a identidade num primeiro momento é necessário que se faça a pergunta "Quem sou eu?" ou "Quem é você?" A resposta a essas perguntas não são fáceis de serem respondidas, nem pouco complexas.

O livro a "Estória de Severino e a História de Severina" (1987), escrito pelo psicólogo e estudioso das questões da identidade Antônio da Costa Ciampa, trata sobre a vida de dois personagens: o personagem ficcional Severino inspirado no Poema "Morte e Vida Severina" de João Cabral de Melo Neto e a personagem da vida real, Severina. Nesse ensaio sobre Psicologia Social, o autor traz algumas considerações importantes que mudaram a forma de se conceber a Identidade, mais especificamente no Brasil, influenciado pelo pensamento crítico que emergiu na década de 1970, época em que o país vivia uma ditadura civil-militar.

Nesse contexto repressivo, surgem ativistas e intelectuais que contestam a forma de se produzir Psicologia no país, como Sílvia Lane, que em parceria com outros atores sociais construíram as bases científicas do que seria a chamada Psicologia Sócio-Histórica, que se desvinculou de produções de conhecimentos acríticos e a-históricos. Segundo Bock (2007), esta se fundamenta no materialismo histórico e dialético, como filosofia, teoria e método.

Assim, a perspectiva adotada na construção do conceito de identidade é, sobretudo, crítica e compromissada com um fazer ético e político em Psicologia. A identidade de uma pessoa se constrói por meio dos vários personagens e/ou papéis que a pessoa representa. Portanto, cabe salientar que os personagens são também os autores de suas próprias histórias de vida. A primeira noção que ele traz de identidade é que esta se constitui de igualdade e diferença. Assim, a pessoa vai se diferenciando e igualando conforme os vários grupos sociais que faz parte. Pode-se dar como exemplo o nome e o sobrenome que nos é atribuído pelo primeiro grupo que fazemos parte: a família. O nome nos diferencia dos outros membros da família, enquanto o sobrenome nos iguala a eles. (CIAMPA, 1987)

Dessa forma, o conhecimento que se tem de si é dado pelo reconhecimento recíproco dos indivíduos de um determinado grupo que existe objetivamente. Esta constatação que somos os substantivos que nos nomeiam pode levar ao erro de achar que a identidade é só

permanência, enquanto ele irá construir a tese que identidade é movimento, é transformação e metamorfose (CIAMPA, 1987).

Assim, pode-se dizer que a identidade é construída constantemente por meio da ação, é por meio do fazer, de nossa atividade no mundo que nos tornamos algo. Essa construção incessante tem repercussões na produção da nossa subjetividade, embora o autor reforce que sem a objetividade da "ação" e condições concretas de existência, a construção das subjetividades dos sujeitos fica prejudicada.

A resposta à pergunta inicial: "Quem sou eu?" é uma representação da Identidade. Entretanto, é necessário partir dessa representação (produto) para entendermos como se dá o processo de produção da identidade (CIAMPA, 1987). Essa pergunta é insuficiente para investigar a identidade, mas foi uma forma encontrada pelo autor para investigar a identidade e seus aspectos constitutivos.

Os cientistas sociais aceitam o fato que a identidade de uma pessoa é um fenômeno social. Segundo Ciampa (1987), não se pode isolar o conceito de identidade de um conjunto de elementos – biológicos, psicológicos, sociais, etc. que podem caracterizar uma pessoa. Todos esses fatores imbricados são o que constroem a identidade.

Assim, não se pode considerar apenas o processo representacional, temos que considerar o aspecto operativo dessa construção. O autor cita como exemplo, um bebê que mesmo antes de nascer já é representado pelos familiares. O nascituro é também um "fato físico" e antes do nascimento ele já era filho de alguém, já havia uma representação prévia sobre ele, assim como as expectativas sobre o seu nascimento, etc. Essas representações, segundo o autor, podem ser assimiladas pela pessoa em sua objetividade social como filho daquela família.

É, entretanto, nas relações cotidianas concretas que essa representação filial será confirmada. Para todos os efeitos, "ele não é filho, ele está sendo filho daquela família". Segundo o autor, se essas identidades de "pais" e "filho" não forem repostas, elas correm o risco de deixar de existir objetivamente, mesmo que existam organismos físicos que deem suporte a essa objetividade.

Assim, chegamos a um ponto-chave da tese de Ciampa: uma vez que a identidade é reposta, ela é vista como dada e não como se dando num contínuo processo de identificação.

É como se uma vez identificada a pessoa, a produção de identidade se esgotasse como produto. É por isso que se costuma dizer que “sou” e não “estou sendo” (CIAMPA, 1987). Para Ciampa (1987), de certa forma, re-atualizamos por meio de ritos sociais uma identidade pressuposta que é reposta como algo já dado, retirando em consequência seu caráter de historicidade e construindo “mitos” que acabam por reproduzir a realidade social.

Portanto, “cada posição minha me determina, fazendo com que minha existência concreta seja a unidade na multiplicidade, que se realiza pelo movimento dessas determinações” (CIAMPA, 1987). Entende-se que em cada momento de vida de uma pessoa, embora ela seja uma totalidade, manifesta-se uma parte dela como desdobramento das múltiplas determinações a que ela esteve sujeita, isto é, com tudo que a tornam um sujeito concreto. Para o autor supracitado, isso gera uma rede intricada de representações, na qual os sujeitos são representantes de si mesmos. E como as relações sociais são mantidas pela atividade das pessoas, pode-se dizer que as identidades refletem a estrutura social ao mesmo tempo em que reagem sobre ela conservando-a ou a transformando.

Ciampa (1987) discute que é por isso que as identidades dos indivíduos são normatizadas, tendo em vista manter a estrutura social, isto é, conservar as identidades produzidas, paralisando o processo de identificação pela re-posição de identidades. Assim, aparece um dado e não um dar-se constante que expressa o movimento do social.

Esse movimento do social é a própria História. Esta é a auto-reprodução humana, o que faz do homem um ser de possibilidades, que compõem sua essência histórica. Assim, diferentes momentos históricos podem favorecer ou dificultar as possibilidades do homem ser homem. De tal que “uma alternativa impossível é o homem deixar de ser social e histórico; ele não seria homem absolutamente” (CIAMPA, 1987). Se a História é a “hominização do homem”, o existir humanamente não está garantido de antemão, conforme esclarece o autor. É necessário, portanto, entender que esse processo não é natural, e sim construído, pois não se dá mecanicamente.

Ciampa (1987) fala que o homem como espécie é dotado de uma substância que embora não contida totalmente em cada ser humano, faz dele humano (contendo em si uma infinitude de humanidade) já que este participa de um determinado modo de apropriação da natureza, no qual se configura o modo de suas relações com os demais homens. Isso se realiza

sempre como história ou como sociedade, nunca como indivíduo isolado, sempre como humanidade.

Esse ser humano do qual falamos se realiza como tal em determinado tempo e espaço (físicos e sociais), o que faz com que cada instante de sua existência seja um momento da sua concretização como humano. Ciampa (1987) afirma que para se ter uma identidade humana, é necessária que haja a negação (como totalidade), sendo determinado (como parte). Em outras palavras, para que a pessoa seja "outro" é necessário que ela seja negada. Ele cita o exemplo da semente, que não seria semente se não fosse negada e virasse uma planta. Ela não seria plenamente semente, pois não germinaria dela uma outra possibilidade de existir. Assim, acredita-se que "identidade é movimento, ser processo, ou, para utilizar uma palavra mais sugestiva [...] é ser metamorfose" (CIAMPA, 1987).

O homem, entretanto, não está limitado que nem a semente, que tem um "vir-a-ser" preestabelecido ou previsível. Embora ele não esteja liberado das condições histórias em que vive, isto é, suas condições concretas de existência. Dessa forma, para o referido autor não é possível dissociar o estudo da identidade do indivíduo do da sociedade. Para Ciampa (1987), as diferentes possibilidades de identidade estão relacionadas com diferentes configurações da ordem social. Assim, é o contexto histórico e social em que o homem vive que decorrem suas determinações e, consequentemente, emergem as possibilidades ou impossibilidades, os modos e as alternativas de identidade.

Para Ciampa (1987), o fato de vivermos sob o capitalismo nos impede de sermos plenamente sujeitos. O autor traz a reflexão que é vantajosa para o sistema capitalista manter as identidades estáticas, para a manutenção do *status quo* do capitalismo. Dessa forma, é importante, por exemplo, que a identidade do "operário" que é cada vez mais explorado e expropriado de sua condição de homem se perpetue. Assim, impede-se que surjam outras possibilidades concretas de superação da situação de exploração, desigualdade e iniquidade. O homem, nesse sentido, é tratado como "coisa" e não como homem verdadeiramente. Ele é o "trabalhador-máquina" que gera lucros para o sistema. O autor esclarece que nesse contexto o homem acaba se tornando como um mero suporte para o capital.

A identidade para Ciampa (1987) é uma questão que remete a um projeto político. Primeiramente, porque não é possível desvincular o homem da sociedade. Ele questiona "o que é para o ser humano ser o que é?" A resposta, segundo ele, é que o homem é histórico e

social, sendo expresso pela contínua hominização do homem. Assim, entende-se que este processo de tornar-se homem, ou melhor, tornar-se sujeito, é inevitavelmente o devir humano.

Segundo, ele acredita que é possível se engajar em projetos de coexistência humana que possibilitem um sentido de história como realização de um porvir a ser feito com os outros (CIAMPA, 1987). Esses projetos, segundo o autor, devem convergir para a transformação real de nossas condições de existência, de modo que o verdadeiro sujeito humano venha à existência.

Para que isso aconteça, Ciampa (1987) esclarece que é necessário que não tenhamos apenas uma concepção de identidade como permanência, como estabilidade, pois identidade é contradição, mudança e transformação. Portanto, identidade é movimento, é desenvolvimento do concreto. Essa perspectiva de identidade como metamorfose é a que será trabalhada nessa pesquisa.

CAPÍTULO II

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Realizou-se uma pesquisa de cunho qualitativo. Esse tipo de pesquisa responde a questões particulares, atentando para os aspectos singulares de um fenômeno, permitindo focar o fenômeno de forma complexa e contextualizada (MINAYO, 2012). Destaca-se que a pesquisa qualitativa tem como foco a fala subjetiva dos sujeitos, o que dá visibilidade as subjetividades dos envolvidos, pois a partir do sentido atribuído pelos sujeitos pode-se contribuir com o processo de construção do conhecimento científico.

Para que haja a criação científica autêntica, o pesquisador precisa lançar novos olhares sobre o mesmo fenômeno, num movimento contínuo em que o objeto é construído e desconstruído. As teorias são construídas para explicar ou para compreender um fenômeno ou um conjunto de fenômenos e processos. Portanto, o objeto das ciências sociais além de ser histórico, é essencialmente qualitativo. Essa abordagem é a mais apropriada para apreender a realidade, devido ao dinamismo da vida individual e coletiva, podendo explicar processos, relações, símbolos e significados emergentes da realidade social (MINAYO, 2013).

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, que dificilmente podem ser representados por números e dados estatísticos. Dessa forma, levam-se em consideração os sentidos atribuídos pelos atores sociais, visto como sujeitos ativos. Destaca-se que não há uma incompatibilidade entre pesquisa qualitativa e quantitativa. Não havendo, portanto, uma hierarquia entre elas, em que uma é vista como mais válida que outra. Por isso, podem ser vistas como complementares, lançando diferentes e múltiplas luzes sobre um determinado fenômeno. (MINAYO, 2013)

O homem, nas ciências sociais, é ao mesmo tempo sujeito e objeto da pesquisa. Como lembra Lévi-Strauss (1975) citado por Minayo (2013), o homem sendo da mesma natureza que o objeto, ele próprio faz parte da observação. Portanto, todo conhecimento deve ser visto como relativo, pois ele é construído, é aproximado da realidade. Assim, não se pode ignorar a historicidade nesse processo. O conhecimento é um produto histórico, não pode ser tido como um conjunto de modelos e normas a serem seguidas sem a reflexão crítica.

Tentou-se utilizar a “análise da narrativa de história de vida” (CIAMPA, 1987). Esse método foi utilizado pelo autor ao se debruçar sobre a história de Severina, contribuindo significativamente para os estudos de identidade, que antes eram meramente descritivos. Ele esclarece que por meio das trajetórias singulares de vida é possível tecer o que as une, revelando o universal.

3.1. Local

Essa pesquisa foi realizada no Centro Socioeducativo Marise Mendes que está sob a administração da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC. Segundo dados do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – TJ/AM, esse é o único centro em meio fechado que atende adolescentes do sexo feminino no Estado, tendo a capacidade para atender até 20 adolescentes de 12 (doze) aos 18 (dezoito) anos incompletos, e excepcionalmente até os 21 (vinte e um) anos. O público-alvo do centro são as adolescentes aguardando expedição de sentença (Internação Provisória) e as adolescentes sentenciadas a cumprir medidas socioeducativas de Internação e Semiliberdade.

3.2. Participantes

O público alvo da investigação foram 4 (quatro) adolescentes do sexo feminino, de 12 a 18 anos de idade, que estavam cumprindo medida socioeducativa de internação e/ou semiliberdade.

3.3. Instrumentos

Foi aplicado um roteiro de entrevista semiestruturada e um questionário sócio demográfico. As entrevistas duraram em média 30 minutos cada.

Na entrevista, foi proposto um roteiro de entrevista que melhor estivesse adequado aos objetivos da pesquisa. As questões iniciais levantadas pelo pesquisador que se relacionam aos objetivos foram: Quais as representações que elas têm de si? Quais as repercussões do ato infracional na vida delas? Que processos as levaram a transgredir a lei? (Anexo I)

3.4. Critérios de inclusão e exclusão

Os critérios de inclusão foram: pertencer ao sexo feminino, com idade de 12 a 18 anos, estar cumprindo medida socioeducativa (internação ou semiliberdade) e aceitar participar voluntariamente da pesquisa. Além disso, estar disposta a falar sobre sua história de vida, o que não parece fácil para todas as pessoas, podendo-se ser mais dificultoso para adolescentes que se encontram em vulnerabilidade social.

Os critérios de exclusão foram: não ser do sexo feminino; ter mais de 18 anos, salvo a exceção dos 21 anos, como dito no tópico a respeito dos participantes; não estar cumprindo medida socioeducativa; como também, pedir que seus dados sejam retirados da pesquisa em qualquer etapa da pesquisa.

3.5. Análise dos dados

Foi utilizada uma perspectiva teórico-metodológica que vem sendo elaborada para a análise do desenvolvimento humano (ROSSETI-FERREIRA, AMORIM & SILVA, 2000). Para a apreensão do complexo processo de desenvolvimento, as autoras propõem um sistema dinâmico de análise, utilizando a metáfora de rede, sendo dessa forma a perspectiva denominada de Rede de Significações - RedSig. A utilização dessa metáfora nos possibilita: 1) pensar o desenvolvimento não de modo linear e de uma só pessoa, mas de todos os participantes e da situação recíproca e interativa que se estabelece entre eles; 2) considerar os vários níveis de ambientes interligados entre si; 3) apreender de forma sistematizada o processo de significação e de produção de sentidos.

O processo de formação da identidade e subjetividade do indivíduo é constituído pela existência de inúmeros contextos e práticas discursivas que delineiam diferentes posições e papéis sociais atribuídos e assumidos pelos sujeitos. De acordo com o contexto que a pessoa está inserida, diferentes serão os processos de produção de sentido (ROSSETI-FERREIRA, AMORIM & SILVA, 2000).

Nesse processo interativo, são configuradas delimitações e possibilidades de posicionamentos dos sujeitos. Essas possibilidades, por constituírem-se pela diversidade e contraditoriedade favorecem a emergência de resistências tanto em relação aos discursos

quanto em relação às suas mudanças, podendo favorecer continuidades ou transformações no decorrer da vida da pessoa (ROSSETI-FERREIRA e SILVA, 2002).

Silva e Rosseti-Ferreira (2002) questionam a relação linear de causa e efeito nos estudos sobre o comportamento infracional. Acreditam que é necessário compreender as redes de significações que permeiam o movimento de continuação/rompimento com atos infracionais ao longo da vida de uma pessoa, vendo os movimentos de continuidades ou não com o crime. Embora as autoras reforcem a importância do meio da constituição dos sujeitos, ele por si só não deve ser visto como determinante unilateral para os processos de desenvolvimento, pois acontece um processo de significação, mediação e, portanto, negociação dos sentidos.

Silva (2003) investigou a trajetória de vida de vinculação e desvinculação com o crime, utilizando o referencial da Rede de Significações e os estudos de identidade narrativa de Bruner (1997) para tentar compreender o percurso de vida e os sentidos atribuídos aos processos de manutenção ou transformação de suas identidades. Silva e Rosseti-Ferreira (2002) acreditam que investigar os diferentes fatores que levam ao envolvimento com o crime é importante. No entanto, faz-se necessário buscar compreender os mecanismos que perpassam o envolvimento infracional e os significados desses fatores numa trajetória de vida particular. O entendimento sobre a importância da história de vida se aproxima dos estudos da identidade de Ciampa (1987) que sustenta que o singular pode revelar o universal.

A Rede de Significações compreende que é na relação individuo-meio onde "ocorre um movimento de co-construção, onde simultânea e reciprocamente pessoa e meio se constituem" (SILVA e ROSSETI-FERREIRA, 2002, p. 579). Entende-se, portanto, que os mecanismos imbricados nas possibilidades e/ou impossibilidades do desenvolvimento é um desafio para a Psicologia. Tem-se utilizado o termo inglês "*constraints*", que pode ser traduzido como aquilo que limita e ao mesmo tempo restringe o desenvolvimento a determinadas direções e o impulsionam para outras. A perspectiva da RedSig utiliza a palavra "circunscritores" que possibilita ver as limitações e as possibilidades do desenvolvimento de forma não dissociada (SILVA e ROSSETI-FERREIRA, 2002).

O desenvolvimento humano na perspectiva aqui adotada não se dá de forma harmoniosa, mas por meio de conflitos e crises. É, portanto, na negociação que o indivíduo estabelece com o meio, em cada situação de confronto das condições concretas, das necessidades e significações, que ele forma sua identidade, diferenciando-se, assim, dos

outros. A contradição na RedSig é vista como parte integrante do processo de desenvolvimento. Os caminhos possíveis aos sujeitos, em determinado momento histórico, não devem ser vistos como caminhos que se esgotam, mas por meio de um processo dialético que pode revelar novas possibilidades (SILVA e ROSSETI-FERREIRA, 2002). Dessa forma, a própria noção de risco para prática do ato infracional deve ser entendida apenas enquanto uma possibilidade:

> Como toda possibilidade, carrega consigo abertura e flexibilidade para uma negociação e significação/ re-significação que podem conduzir a diferentes direções. A pessoa, imersa em um meio cheio de significações em relação ao mundo do crime, poderá re-significar ou ter resignificado, pelos outros e pelo contexto em que está inserido, o sentido de sua existência e de seus atos, e assim, reorganizar os destinos marcados, traçados e anunciados pela exclusão social. (SILVA e ROSSETI-FERREIRA, 2002, p. 580)

O caminho infracional, portanto, não precisa ser encarado como um caminho sem volta. Os sujeitos sofrem constantemente processos de transformação, criando novos padrões de racionalidade. O que possibilita que em uma interação se assuma, negue e/ou recrie os significados e os integre criativamente às suas ações, transformando-as e às funções psicológicas que lhe dão suporte, remodelando seus propósitos e abrindo-lhes novas possibilidades (SILVA e ROSSETI-FERREIRA, 2002).

3.6. Cuidados éticos

A pesquisa respeitou a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que trata das recomendações éticas em pesquisas envolvendo seres humanos. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, com o CAAE: 55130816.9.0000.5020.

O projeto foi apresentado para as adolescentes, dando destaque para o diálogo a respeito das dúvidas em relação à proposta da pesquisa. A autorização formal se deu pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, após ser lido pelo pesquisador. Foi esclarecido que caso alguma das adolescentes precisasse de atendimento psicológico, devido aos conteúdos levantados nesta pesquisa, o pesquisador se responsabilizaria para dar suporte às demandas que surgissem no decorrer da coleta de dados, contando com o suporte do Centro de Serviços de Psicologia Aplicada – CSPA/UFAM.

A pesquisa foi autorizada pela Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Amazonas e pelo Juizado da Vara da Infância e Juventude Criminal. Ressalta-se que respeitamos as condições de tutela e de institucionalização em que as adolescentes se encontravam. Dessa forma, tivemos o cuidado e sensibilidade no trato dos dados, devido ao caráter sigiloso das entrevistas.

CAPÍTULO III

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Esta pesquisa foi realizada num Centro Socioeducativo de Internação e Semiliberdade da cidade Manaus. As devidas autorizações para adentrar no sistema socioeducativo foram custosas para o pesquisador. Tendo em vista as dificuldades apresentadas, pensou-se que não seria possível finalizar a coleta de dados. Destaca-se que o acesso ao referido centro socioeducativo no decorrer da pesquisa apresentou entraves, pois foi difícil para a instituição conciliar as atividades das adolescentes e as entrevistas. Assim, pelo menos a metade das entrevistas tiveram que ser realizadas no horário do almoço das jovens.

Foram entrevistadas 5 (cinco) adolescentes que preenchiam os critérios de inclusão da pesquisa. Nenhuma das adolescentes se opôs a participar da pesquisa, mesmo tendo sido esclarecido que sua participação era voluntária e elas poderiam se retirar a qualquer momento da pesquisa, conforme consta no TCLE que foi lido para as participantes.

Acredita-se que o processo de escuta dessas adolescentes foi um momento importante para elas. Duas adolescentes entrevistadas disseram que muitas vezes se sentem “invisíveis” e/ou desprezadas pelas pessoas que as veem como um perigo para a sociedade. O outro efeito positivo foi o fato de elas poderem refletir sobre as suas histórias de vida. Espera-se que esse processo reflexivo as leve à construção de trajetórias de vidas mais saudáveis, desvinculadas do ato infracional.

O sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação orientou o olhar que se teve sobre os dados coletados. De acordo com esse sintagma os seres humanos estão em busca de uma identidade humana, que as faça ser reconhecidas como tal por meio da ação/atividade que as constitui como sujeitos sociais. As pessoas, portanto, buscam emancipação, mesmo que as condições concretas de sua existência não sejam favoráveis à realização de todo seu potencial humano. Além disso, adotaram-se nessa pesquisa alguns recortes, tais como de gênero e classe social. A escolha por esse recorte faz parte de um projeto ético-político de sociedade engajado na transformação social da realidade para que essas condições de injustiça e desigualdade sejam eliminadas.

Para Silva e Rosseti-Ferreira (2002) a exclusão demarca caminhos e trajetórias possíveis de desenvolvimento dos adolescentes, delineando percursos vetados de serem trilhados por pessoas pertencentes a determinados segmentos sociais. Os sentidos e significados que são dados em relação ao crime, associada às restrições de mobilidade social, restringe as possibilidades de se assumir um novo papel social. A maioria dos estudos "psicopatologiza" e individualiza o envolvimento com a prática infracional. As autoras esclarecem que o envolvimento com o crime se dá em contextos diversos, alguns onde os direitos de cidadania são minimamente garantidos e outros, onde as pessoas vivem abaixo do nível de pobreza, subjugadas por condições subumanas de vida.

Assim, reconhece-se as condições de iniquidade a qual estão submetidas as adolescentes participantes dessa pesquisa. O que significa dizer que se tem que tentar compreender as histórias que seguem dentro de um contexto ampliado dessa realidade que lhes nega alguns direitos. É nesse contexto, muitas vezes perverso, que essas adolescentes que estão em processo de desenvolvimento buscam uma identidade humana possível.

Para Silva (2003), considerar os processos de desenvolvimento a partir da perspectiva do sujeito implica em reconhecê-lo como um agente de reconstrução de sentidos, podendo se aperceber de suas transformações ao longo da vida. Dessa forma, pode-se visualizar a construção ou a manutenção de identidades individuais e sociais. Partindo da perspectiva de olhar os sentidos atribuídos pelos sujeitos, colocou-se como questão-problema ao analisar as histórias das adolescentes: I) Quais os processos de mudança possíveis nas trajetórias de vida dessas adolescentes?

Os nomes das jovens utilizados nessa pesquisa são todos fictícios para resguardar suas respectivas identidades. Foram entrevistadas cinco meninas, mas para uma melhor compreensão dos dados, será analisada a história de vida de quatro delas, que chamaremos de Ana, Lúcia, Denise e Micaela. Ao final de cada história, propôs-se fazer uma adaptação da análise proposta por Silva (2003) que investigou os fatores de continuidade/descontinuidade com a infração, tendo como base teórico-metodológica a Rede de Significações.

Destaca-se que a RedSig não focaliza os fatores de continuidade ou mudança com a infração no desenvolvimento como estanques. Rosseti-Ferreira e Silva (2002) esclarecem que não se deve dar excessiva importância ao levantamento de fatores que se relacionam com a trajetória infracional. Os fatores por si só não são explicativos para a inserção, continuidade

ou saída do envolvimento com a prática infracional. As autoras acreditam que a atribuição de fatores de risco/proteção ignora o fato que só podem influenciar porque estão inseridos numa Rede de Significações coletiva que dá sustentação a esses fatores. A rede é, portanto, estruturada em vários cenários: grupo de amigos, família, instituições, etc. Nesse sentido, os estudos que buscam apenas casualidades podem ter uma "inconsistência ou incompletude das análises fatoriais e correlacionais e a própria noção de liberdade e imprevisibilidade no desenvolvimento" (ROSSETI-FERREIRA e SILVA, 2002, p. 580).

HISTÓRIA DA ANA – "Foi muito difícil pra mim, por que eu não tinha ajuda do meu pai, nem de ninguém. Só da minha avó mesmo. Aí que eu fui me perdendo, me perdi mesmo. Até que fui fazer o ato infracional que me fez eu vim pra cá".

A primeira adolescente entrevistada se chama Ana, tem 15 anos de idade e está cursando o Ensino Fundamental. Os pais são pouco escolarizados, sua mãe nunca foi à escola, seu pai, por sua vez, não concluiu o Ensino Fundamental. A mãe já falecida era dona de casa e o pai é motorista. Hoje em dia, Ana mora com a avó que faz artesanato e crochê para viver. Antes da internação Ana ajudava a avó a fazer os artesanatos. A renda familiar não é fixa, pois a venda de artesanatos não é algo que dá um retorno financeiro que faça com que tenham uma vida satisfatória. A renda familiar é complementada com a ajuda financeira que recebe do Programa Bolsa Família. A atual configuração familiar de Ana é avó, irmão, tio, o sobrinho e a mulher do irmão.

Pedimos para que ela falasse um pouco sobre sua história de vida. Ela disse que no início de sua adolescência houve uma ruptura que a levou a ser o que é hoje. As adolescentes fazem um "antes" e um "depois" do envolvimento infracional:

> A minha história de vida é que eu era uma menina muito talentosa. Eu fazia fanfarra, baliza e dançava boi. Assim, eu gostava muito dessas coisas, eu era muito participante [...] Aí que foi passando o tempo e eu perdi a minha mãe com 11 anos de idade. Aí eu sofri muito, muito mesmo. Aí que eu fui me perdendo. Aí foi quando eu não queria mais estudar. Eu fui desistindo aos poucos... Aí eu comecei a usar droga, eu usava maconha, muita maconha. E foi muito difícil pra mim, por que eu não tinha ajuda do meu pai, nem de ninguém. Só da minha avó mesmo. (Faz silêncio e começa a lagrimar) Aí que eu fui me perdendo, me perdi mesmo. Até que fui fazer o ato infracional que me fez eu vim pra cá.

A mudança de contexto, isto é, a morte de uma pessoa significativa (mãe) de forma precoce pode ser entendida como um sentido para a inserção na prática infracional, pois foi a partir daí que relata que "foi se perdendo". A primeira consequência disso foi a evasão escolar: "eu fui desistindo aos poucos". Metaforicamente, a Ana foi desistindo de quem ela era antes de sua dolorosa perda. Por outro lado, ela dá a entender que se tivesse tido apoio/suporte dos familiares, poderia ter seguido outros caminhos, que não esse do ato infracional. Contudo, não se pretende fazer uma análise simplista da inserção infracional. Entende-se que o mais importante foi Ana poder dar algum sentido a sua dor.

Todavia, a Ana-talentosa ainda resiste. Segundo ela, os planos daqui pra frente são outros, pois retomou os estudos e pretende conseguir um emprego. Embora a privação de liberdade deixe uma marca na subjetividade dessas adolescentes, no relato da Ana e de outras adolescentes a internação aparece como um momento para reorganizar suas vidas. Nas palavras de Ana:

> Aqui dentro eu tô super bem. Eu tô estudando. Eu estou terminando até o meu ensino fundamental. Eu já vou para o 1º. ano do Ensino Médio. E se Deus quiser eu vou conseguir meu trabalho. E meus planos de vida já são outros, não são mais como antes. Eu só pensava, tipo assim, me vingar... por que eu não estudava. Mas graças a Deus, hoje eu mudei muito. Mudei bastante mesmo. E eu pretendo que eu continue assim.

Quando perguntamos como entende o sistema socioeducativo, ela parece dizer em outras palavras que a realidade que vivia fora da instituição era muito pior que a internação: "aqui a gente não é maltratada". A instituição é vista por Ana como um apoio com o qual ela pode contar:

> Assim... as pessoas acham que é ruim. Mas não é. É melhor tá aqui do que em lugares piores por aí. Porque aqui a gente não é maltratada. Aqui a gente é bem tratada, é bem recebida também. [...] Eles educam nós, falam pra gente coisas que a gente não sabe. Então assim, eles vão dando um apoio, tudo que eles podem fazer, eles fazem por nós. E isso é muito bacana aqui, eles não viram a cara pra mim quando eu estou com dificuldades, quando estou triste. Enfim, eu tenho um apoio, sabe? Eles tipo assim, não viram as costas...

Pode-se dizer que o suporte precário da família demarcou, de uma forma ou de outra, as possibilidades de sua construção identitária. Esses "limitadores" são o que a Rede de Significações conceitua como os circunscritores do desenvolvimento. Contudo, para essa abordagem teórico-metodológica, estes não só limitam, mas, podem também **abrir** novas possibilidades.

Percebe-se que a instituição socioeducativa exerce uma forte influência na vida dessa adolescente, desse modo ela acredita que é melhor estar internada. A instituição pesquisada está nos moldes de uma instituição total, que segundo Goffman (1987) citado por Benelli (2004) "se caracterizam como estabelecimentos fechados que funcionam em regime de internação, onde um grupo relativamente numeroso de internados vive em tempo integral" (p. 238). Goffman (1987) a partir das análises das obras de Foucault dá pistas sobre o poder disciplinar que estas desempenham e como moldam os processos de produção de subjetividade na sociedade contemporânea (BENELLI, 2004).

Indagamos à adolescente qual era o papel da medida de internação e semiliberdade. Ela respondeu que era fazer com que refletisse sobre sua vida: "o papel da internação é repensar tudo o que eu fiz. Tudo mesmo. [...] na semiliberdade eu acho que o meu papel é de criar mais responsabilidade e me adaptar novamente à comunidade. E ir até o final da semiliberdade".

As reflexões trazidas pela entrevistada são importantes para entender que o meio-indivíduo se influenciam mutuamente. Assim, como teoriza a RedSig, quando se muda o contexto, é possível ver novos sentidos e significados sendo produzidos. No entanto, a produção desses sentidos pode acontecer em contextos considerados não ideais como em uma instituição total.

A adolescente não vê diferenças significativas no fato de ser mulher e estar envolvida na prática infracional. Embora as pessoas digam que ela é uma moça bonita para estar envolvida com o ato infracional: "Todo mundo diz que: 'Ah você é uma moça bonita'... Mas eu acho que assim, hoje não tem esse negócio de menina ou menino. Pra mim, não tem diferença".

Esse trecho faz refletir sobre os papéis subalternos que são esperados das mulheres socialmente. Nesse sentido, "ser bonita" pode estar associado a ser delicada e feminina. Os atributos apreciados como "femininos" não são esperados na prática delituosa. Zaluar (1994) citado por Assis e Constantino (2001) descreve que o envolvimento com o crime está ligado a um "*ethos* da masculinidade". Sendo, portanto, esperado que essas adolescentes respondam as expectativas sociais ligadas ao gênero.

Perguntamos, também, como ela se vê daqui a alguns anos. A Ana-que-estava-perdida parece ter ficado no passado. Os projetos para o futuro incluem terminar os estudos e ir para a

universidade. Os outros objetivos são ter um emprego e acesso à renda para poder ajudar a avó, pois sua pretensão é cuidar dela e do irmão mais novo. Ana também sonha em ter uma casa pra construir sua própria vida, mas com a avó e o irmão por perto.

EIXO I - CONTINUIDADE COM A INFRAÇÃO

Os sentidos/fatores atribuídos pela adolescente que a influenciaram no cometimento de infrações são:

▪ Perda precoce da mãe;

▪ Falta de apoio da família;

▪ Uso de entorpecentes;

EIXO II – DESCONTINUIDADE COM A INFRAÇÃO

Os sentidos/fatores atribuídos pela adolescente que a fazem enxergar outras possibilidades desvinculadas da infração são:

▪ Escolarização;

▪ Emprego e renda para ajudar a família.

HISTÓRIA DA LÚCIA - "Essa vida não dá nada pra ninguém não. As pessoas mais importantes foram embora e não tem mais como voltar atrás. Essa vida só vai destruir nós, não adianta tá nesse mundo".

Lúcia tem 16 anos de idade. No momento, ela cursa do 6º. ao 9º. ano do Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA. Seus pais fizeram até a 3ª. série do primário. O pai exerce a profissão de tatuador e a mãe é dona de casa. A renda mensal da família gira em torno de 800 reais mensais, contando os 300 reais que recebem do Programa Bolsa Família. A família é composta pela mãe, pelo pai e pelos irmãos.

Lúcia relata que foi abandonada pelos pais e viveu com seu avô até sua morte. Lúcia se viu obrigada a ir viver com os pais biológicos com a partida daquele que via como seu verdadeiro pai. Além do avô, na antiga casa moravam três primos e uma tia. Lúcia relata que as relações na sua família são baseadas no respeito mútuo, apesar de sua história apresentar violações de direitos.

Os efeitos do abandono sobre uma criança têm sido relatados na literatura científica. Garbarino (1999) esclarece que quanto mais prematura a experiência de abandono, maior a influência negativa sobre a criança e piores as suas consequências. Bowlby (1981) e Winnicott (1990) associaram a privação de afeto com a delinquência.

O avô da adolescente era envolvido com o tráfico de drogas. Isso é visto como fator determinante para sua inserção nesse mundo, como também as dificuldades para sustentar a si, aos primos e a tia quando o avô foi preso. Pode-se dizer que o abandono dos pais, as condições concretas de existência, o uso precoce de entorpecentes, o envolvimento de uma figura significativa (avô) com o crime pode ser vistos como circunscritores do desenvolvimento da adolescente. Lúcia expõe as circunstâncias que a levaram a cometer a infração:

> Bom, eu acho que pra mim foi mais por causa da influência da minha família mesmo. Porque desde pequena eu sempre morei com o meu avô e meu avô era dessa vida. E eu cresci no meio de tudo isso. Eu não estudava, nem nada. Eu comecei a usar droga cedo, comecei a usar droga eu tinha 8 anos. Por que na minha casa morava os meus primos... mas tinha gente de fora que trabalhava com o meu avô. E eu fui me metendo no meio. Minha mãe não tava perto, nem meu pai. Desde pequena, desde quando eu tinha 9, 8 anos... ele só vivia preso. Aí só era eu, meus primos e minha tia pra se sustentar. Então eu acho que foi o que mais levou a eu entrar nesse caminho, por que eu já não tinha uma estrutura familiar.

Assis (1999) em pesquisa realizada com adolescentes do sexo masculino infratores e seus irmãos não-infratores mostrou que a perda da mãe de dois jovens entrevistados foi representada de forma diferenciada por cada adolescente, levando-os a trilhar caminhos distintos. Segundo Assis e Constantino (2001) os efeitos do abandono ou de perdas podem ser minimizados se outro cuidador perceber a fragilidade da criança ou do adolescente e buscar suprir suas necessidades afetivas. Os efeitos do abandono podem ser agravados se o laço afetivo se tornar quase inexistente, quando não há substituto que cumpra esse papel. A ausência de uma pessoa significativa tem como consequência no agravamento da sensação de desamparo e abandono, em que estes acreditam que não tem valor ou que ninguém se importa com eles.

Na continuidade da entrevista, embora tenha um rosto infantil, Lúcia revela que nunca foi de brincar. As palavras de Lúcia sobre sua infância: “Eu comecei a conhecer a rua, a festa... eu nunca tive amizade com outras meninas. Eu gostava mais de amizade de homem. Aí eu não tinha aquelas brincadeiras de criança, já eram mais pesadas as minhas brincadeiras.

Eu nunca tive esse negócio... muito infantil". A Lúcia-que-nunca-brincou nos disse o quanto foi doloroso ser abandonada pelos pais, pois ela tem outros cinco irmãos e foi a única que não foi criada por eles. Os pais dizem que eles eram novos na época e acharam mais prudente entregá-la para ser criada pelo avô.

Esse abandono repercutiu na construção da identidade de Lúcia. O avô tornou-se uma referência para ela própria se constituir enquanto pessoa. Ela fala com muito carinho do avô, pois este foi o único que sempre esteve ao seu lado, sendo a pessoa que ela mais confiava. Podemos utilizar nesse caso o conceito de reconhecimento perverso (LIMA, 2009). Essa adolescente na busca por emancipação, isto é, superação das dificuldades concretas de existência, como suprir suas necessidades de subsistência, encontrou na infração uma possibilidade para se construir enquanto sujeito, mesmo que para isso tivesse que seguir os descaminhos do avô:

> Assim, a gente era tudo pequeno quando ele foi preso a primeira vez, em 2008. Nós tivemos que achar um jeito de se sustentar. Porque ele era a única pessoa que mantinha nós. Aí quando ele foi preso a gente começou a ter que ajudar ele e ter que ajudar nós. Ele falava as coisas e nós fazíamos, entendeu? [...] Aí foi assim que começou, a gente ajudava ele. A gente fazia dinheiro pra levar pra ele, levava as coisas pra ele e pra manter a nossa casa.

A adolescente passou sete meses no regime de internação e agora está cumprindo medida de semiliberdade. O momento da semiliberdade tem sido mais difícil que a internação para ela: "É muito difícil tu tá na tua casa... aí tu chega aqui e tem que obedecer as regras e lá fora não tem nenhuma, é muito difícil.... porque a gente pega o gosto. Lá fora a gente pode fazer o que nós quisermos".

A Lúcia-que-nunca-brincou esboça desejos de mudança. Ela nos fala das grandes perdas que teve, entre as principais: a perda do avô e da sua liberdade. Contraditoriamente, foi a medida socioeducativa descrita como a pior época de sua vida que fez com que Lúcia refletisse sobre os seus atos:

> E isso não vai dá mais pra como eu esquecer aqui dentro... que foi um tempo que pra mim, foi o tempo mais ruim na minha vida. Eu nunca imaginei que eu ia perder minha liberdade. Eu perdi muita coisa quando eu vim pra cá. Eu perdi meu avô, perdi o tempo que não vai mais voltar.

Lúcia atribui à falta de oportunidades em sua vida que, inevitavelmente, influenciaram na sua construção identitária. Para Ciampa (1987) a identidade de uma pessoa é formada pelas

condições objetivas e subjetivas, uma sem a outra não teria sentido. Em outras palavras, não se pode negar as condições histórico-sociais implicadas nesse processo:

> Eu acho que se eu tivesse tido mais oportunidades, eu nem estaria aqui nesse momento. Eu poderia estar com a minha família, vivendo uma vida diferente. A adolescência são coisas novas, eu nunca imaginei que eu ia morar com a minha mãe. Eu tô morando com a minha mãe, eu estou estudando...

Assis e Constantino (2001) tratam sobre o abandono com a metáfora "feito bolinhas de ping-pong", o que denota que essas adolescentes não tem uma família que as cuide e as proteja. Assim, por vezes, passam por vários núcleos familiares, restando como alternativas: a rua, os abrigos e a vida delituosa. Outros agravos se fazem presentes na vida dessas jovens: o uso de drogas, a gravidez precoce, a prostituição e a exposição a Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST, entre outras vulnerabilidades.

Nesse caso, em específico, a aproximação com os pais tem sido positiva para a adolescente, pois a mesma voltou a estudar. Ela reconhece que sua vida seria outra se tivesse tido mais oportunidades, atribuindo como importante o acesso à escolarização, que anteriormente era um direito que ela tinha sido privada.

As perdas vividas por Lúcia fizeram com que ela revisse sua identidade atrelada ao ato infracional, pois estaria levando a autodestruição. Esse trecho mostra que Lúcia quer ser outra no futuro, embora acredite que a mudança não seja fácil, ela começa a dar os primeiros passos rumo à mudança:

> Bom, eu não sei se eu vou tá assim... mas eu só quero tá de boa. Sair daqui, terminar os meus estudos... que eu mal comecei direito. Terminar meus estudos e ver se eu consigo largar essa vida que ela não é fácil. A pessoa crescer de um jeito e do nada mudar. Mas a gente tenta [mudar]. Essa vida não dá nada pra ninguém não. As pessoas mais importantes foram embora e não tem mais como voltar atrás. Essa vida só vai destruir nós, não adianta tá nesse mundo.

EIXO I - CONTINUIDADE COM A INFRAÇÃO

Os sentidos/fatores atribuídos pela adolescente que a influenciaram no cometimento de infrações são:

- Abandono dos pais;
- Uso precoce de entorpecentes;
- Rua, festas e amizade com rapazes;

▪ Envolvimento de uma figura significativa (avô) com o tráfico de drogas;

▪ Necessidade de subsistência.

EIXO II – DESCONTINUIDADE COM A INFRAÇÃO

Os sentidos/fatores atribuídos pela adolescente que a fazem enxergar outras possibilidades desvinculadas da infração são:

▪ Morar com os pais;

▪ Perdas – do seu avô e de sua liberdade;

▪ Escolarização;

▪ Autodestruição.

HISTÓRIA DA DENISE – "Todo mundo resolveu ir roubar e eu também fui roubar, eu tava drogada. Há quase dez meses atrás, foi quando eu vim parar aqui".

A adolescente entrevistada se chama Denise, tem 16 anos de idade e cursa do 6º. ao 9º. ano do Ensino Fundamental, na modalidade EJA. Os pais da adolescente chegaram a cursar o Ensino Médio, mas só seu pai concluiu. A mãe dela trabalha com serviços gerais e seu pai é profissional autônomo - camelô. A renda familiar é, em média, um salário mínimo por mês. Essa renda é complementada com os 200 reais que recebem do Programa Bolsa Família. Ela mora com o pai e as duas irmãs. Segundo a adolescente as relações em sua família são baseadas no respeito mútuo, apesar de brigar com o pai, vez ou outra.

No momento que foi pedido para que ela falasse um pouco de si, ela se descreveu da seguinte forma: "Eu sou uma menina pobre... Ah eu não consigo me descrever. Eu sou uma menina pobre... não sei. Eu estudo, sou capaz". Continuamos a entrevista indagando a Denise se ela achava que tinha alguma qualidade que as pessoas elogiassem. Nas palavras dela: "Até agora não. Ninguém nunca me elogiou... Então é isso. Eu não sei me descrever".

A entrevista com essa adolescente foi um pouco difícil, tendo em vista que aparentemente ela não estava se sentindo confortável para falar de si. Tentamos ao máximo acolhe-la para que ela pudesse contribuir, pois a mesma aceitou em participar da pesquisa. O que mais apareceu nessa entrevista foi o silêncio. Entendemos que algumas pessoas, em situações em que se está sendo supostamente avaliada, tem dificuldade de se expressar.

Inicialmente, percebeu-se que a adolescente apresentava um comportamento pouco autônomo, que pode ser explicado por suas escolhas atrelado às escolhas de seus amigos, pares, etc. Esse trecho mostra a necessidade da adolescente de ser aceita pelos amigos e pelo rapaz que gostava. A falta de autonomia, a necessidade de pertencer a um grupo e a drogadição podem ser consideradas como fatores de risco para a delinquência:

> Eu acho que desde os meus doze anos eu via todo mundo usando droga e assim eu falava que eu nunca iria usar droga, mas eu vi que era legal. Minha colega sempre usava. Aí eu via ela com garrafinhas e falou pra eu experimentar. Aí foi o menino que eu gostava... eu tava usando por ele. Depois eu comecei a andar em festa, eu comecei a usar maconha, comecei a fumar cigarro. Eu andava em festa, deixava de ir pra escola, e aí brigava com o meu pai. [...] Aí eu dormia fora de casa, passava a noite sem dormir. Aí foi quando uma vez eu tava lá perto de casa... eu tava fumando maconha. Todo mundo resolveu ir roubar, e eu também fui roubar, eu tava drogada. Há quase dez meses atrás, foi quando eu vim parar aqui.

Segundo a adolescente a medida de internação e semiliberdade tem a feito refletir sobre a sua vida. A Denise-que-se-deixava-levar pelos amigos já não é a mesma. Agora ela reflete e pondera sobre as suas atitudes, sabendo diferenciar o "certo" do "errado":

> O papel da medida foi fazer uma reflexão sobre a minha vida. O que eu devo fazer e o que eu não devo fazer. Pra eu pensar... pensar antes de fazer as coisas. É isso, pra eu não fazer coisas erradas de novo. Eu sei que o sofrimento é grande, mais pra os nossos pais... É uma reflexão sobre a minha vida.

Entendemos que esse movimento reflexivo é essencial para a adolescente perceber outras possibilidades identitárias. Os sentidos atribuídos à infração foram modificados pela adolescente. Agora a prática infracional está inevitalmente associada à *perda de liberdade*, a *coisas erradas* e ao *sofrimento* gerado para si e para as pessoas próximas.

Denise cumpriu 6 (seis) meses de medida de internação e agora está na semiliberdade. Ela nos disse o quanto tem sido difícil pra ela ter que voltar ao centro socioeducativo na medida de semiliberdade:

> Tem sido difícil, é muito sofrimento. Eu queria estar livre... ainda mais que estou em semiliberdade. É muito sofrimento, é muito difícil voltar pra cá. Eu peço a Deus pra me dar forças. Eu volto por causa da minha família também. Eu só volto também porque eu quero estudar. E eu não quero ficar me escondendo.

O discurso que as meninas trouxeram sobre a medida de internação e semiliberdade tem sido algo positivo que foi mencionado nessa e nas outras entrevistas. Isso não ameniza o

sofrimento da privação de liberdade que ficou bem claro na fala anterior. O contexto de vulnerabilidade a que possivelmente estavam expostas pode dar pistas para compreender como essas identidades são construídas. Para Ciampa (1987), o Homem não pode, muitas vezes, se realizar plenamente por causa do sistema capitalista. Nesse contexto desigual em que o homem não pode ser plenamente o que é, a privação de liberdade pode ser considerada como um fator de proteção pois dá acesso a alguns direitos básicos como estudar. Denise sobre a internação: "É bom. Eu estudo, eu faço curso. Eu vou ter acesso ao esporte, à pintura, à dança... muitas coisas. Estou fazendo coisas que nunca pensei que faria lá fora".

Sobre os planos para futuro a adolescente deseja seguir com os estudos: "Eu vejo a minha faculdade completa. Ter um filho... minha casa. Eu quero ter minha família. Eu quero ter tudo que eu quiser e ser feliz e ajudar minha família".

EIXO I - CONTINUIDADE COM A INFRAÇÃO

Os sentidos/fatores atribuídos pela adolescente que a influenciaram no cometimento de infrações são:

- Uso de entorpecentes (começou a usar por causa do rapaz que gostava);
- Ir para festas e dormir fora de casa;
- Brigas com o pai;
- Influência do grupo de amigos;
- Não ir para a escola.

EIXO II – DESCONTINUIDADE COM A INFRAÇÃO

Os sentidos/fatores atribuídos pela adolescente que a fazem enxergar outras possibilidades desvinculadas da infração são:

- Estudar e fazer cursos;
- Ter a própria família e filhos;
- Ajudar a família.

HISTÓRIA DA MICAELA - “Eu não ganhei nada com isso, só perdi. Perdi minha liberdade por besteira, entendeu? A minha liberdade... e chance de ficar ao lado do meu filho. Tudo isso eu perdi... uma coisa que não me levou a nada, não ganhei nada com isso”.

A adolescente entrevistada se chama Micaela, tem 17 anos e cursa o Ensino Fundamental, na modalidade EJA. A entrevistada não soube informar a escolaridade dos pais. Atualmente vive com seu filho de 1 ano, a irmã, o cunhado e o sobrinho. A adolescente não soube informar qual a renda familiar mensal. Segundo ela, as relações são baseadas no respeito mútuo em sua casa. Pedimos para que ela se descrevesse, eis a sua resposta:

> Eu aprendi a ser adulto cedo, tive muitas perdas. Minha mãe já é falecida e fui criada com a minha avó. Aí minha avó morreu também, aí eu fui morar com a minha irmã. E agora eu já tenho um filho de um ano. E isso fez eu ver as coisas um pouco mais cedo. Eu casei cedo também... [...] Eu morava com ele... e aí fui aprendendo a andar com as más companhias. Eu comecei a conhecer festa, bebida. Aí eu fui fazendo coisas erradas, aí foi quando pela primeira vez eu fui cair numa Unidade de Internação Provisória. Aí eu fui pra lá e fiquei 47 dias. Eu saí e comecei a trabalhar também. Aí foi quando me prenderam agora.

A passagem por diferentes núcleos familiares é relatada pela adolescente. Assis e Constantino (2001) descreveram a inconstância do núcleo familiar com a metáfora “feito bolinhas de ping-pong”, que pode ter implicações sérias no desenvolvimento infantil. Por consequência, os sentidos que a jovem dá a essas mudanças, são, sobretudo, de perdas. Uma vez que ela não foi abandonada pelas figuras significativas. Não obstante, como dito anteriormente, se não houver um substituto afetivo, as jovens podem apresentar sentimentos de desamparo ou a crença que ninguém se importa com elas.

Micaela, assim como outras adolescentes, falou sobre seu histórico de perdas: a morte precoce da mãe quando ela tinha apenas 9 meses de idade; e aos 12 anos a morte da avó que a criou. Essas perdas a fizeram, em suas palavras, a aprender a *“*ser adulto cedo*”*. Além disso, o casamento e um filho impactaram em seu desenvolvimento. A ausência paterna, a mudança de bairro e novas amizades também são citadas pela adolescente. No entanto, a Micaela-que-virou-adulto-cedo-demais “pirou” com a morte da avó:

> A minha mãe eu tinha 9 meses de nascida. E aí eu fui criada com a minha avó, mãe do meu pai. Meu pai nunca ficou em casa, sempre teve outra família. Eu não considero ele como pai, até hoje. Aí a minha avó eu perdi quando eu tinha 12 anos. Quando ela morreu, eu pirei. Eu e o meu irmão. Foi quando eu fui morar com a minha irmã. Depois eu tive que mudar de bairro. Eu tive muita amizade ruim, mas também muita amizade boa.

A partir daí, as coisas desandaram na vida de Micaela. Ela passou a beber e sair para as festas. Foi quando ela conheceu o pai de seu filho, que a levou ao envolvimento mais intenso com o ato infracional, pois seu esposo tem uma vida delituosa e está preso. No momento que Micaela está internada, seu filho de um ano é cuidado pela irmã e ela só pode vê-lo nas visitas. Ela nos falou que agora pensa antes de cometer atos infracionais por causa de seu filho: "Quando eu faço as coisas erradas, eu penso no meu filho. Eu sinto fala dele. Eu era acostumada com ele. Toda hora eu tava com ele. Eu dormia com ele".

Houve uma mudança de *contexto* na vida jovem. A rede está mais complexa, tendo em vista que agora ela tem que cumprir o papel não só de filha, mas também de mãe. É cuidada e cuidadora. As contradições são importantes, segundo a Rede de Significações, para o processo de desenvolvimento. Os sentidos dados pelas jovens podem abrigar as polaridades e os opostos, sem, no entanto, invalidar um ao outro.

Na entrevista, foi perguntado por que a adolescente acreditava que se tornou adulta cedo. Segundo ela, ela não teve adolescência, pois já tinha responsabilidade com o marido e com o filho. Ela fala dos percalços que tinha que enfrentar como visitar o esposo na prisão. Ela "dava conta sozinha", com o apoio de familiares:

> Eu engravidei com 15 anos. Eu não sabia cuidar do bebê. Eu não tive aquelas coisas de adolescente. Não namorei com pai do meu filho, já casei por que logo eu fiquei grávida. Eu aprendi a ter responsabilidade com uma criança. Leva pro médico, leva pra aquilo. Então é tudo isso, eu já quase não tenho tempo pra mim, é mais pro meu filho. Aí quando eu ia visitar o pai dele, aí tinha que todo final de semana levar menino... e traz. E é longe, é lá pra estrada, é bem dificultoso. Eu tinha que me virar porque nem sempre meu irmão e minha irmã estavam comigo. Sempre tive que dar conta sozinha, mas sempre que precisava eu ligava pra minha irmã. Ela sempre me aturou.

A adolescente-que-virou-adulto-cedo-demais, hoje em dia se descreve como "uma menina-mulher". Essa menina-mulher tem muitos sonhos, entre eles concluir o curso superior. A irmã da adolescente é professora e é formada em Psicologia. Os seres humanos, inevitavelmente, se tornam homens com os outros. O exemplo da irmã pode representar uma alternativa de superação da identidade infratora da adolescente, mesmo que ela "ainda queira estar nas ondas". Contudo, há uma possibilidade de mudança, que seria a *alterização* da identidade de Micaela, ou seja, torna-se outra:

> Eu sou uma menina-mulher. Eu sempre tive um sonho de me formar em Psicologia ou Educação Física. Até hoje eu tenho esse sonho. A minha irmã é formada em Psicologia também. Eu tenho o sonho né, mas eu só quero saber de estar lá nas

> ondas. Assim, com as amizades. Mas eu sempre estudei... eu sou uma pessoa mais na minha, eu sou muito quieta.

A entrevistada cita que estava estudando quando se envolveu no ato infracional. Entretanto, a escola "lá fora", parece menos interessante que a escola do sistema socioeducativo:

> Aqui é muito legal também, porque a pessoa estuda, a pessoa faz cursos. A pessoa se organiza mais aqui dentro. [...] A internação tem suas vantagens porque a pessoa estuda e faz cursos. A gente acaba aprendendo muita coisa. De vez em quando a gente faz passeio, a gente sai, entendeu? Eles confiam bastante nas meninas.

A adolescente estudava numa escola pública à noite. Sua rotina resumia-se em acordar meio dia, fazer almoço e assistir TV. A noite ela se arrumava para ir à escola, e depois das aulas ia para a rua: "Eu estudava a noite. Aí quando dava 6 horas, eu me arrumava. Era a hora que a minha irmã chegava do trabalho. Eu ia pra escola, chegava, e depois ia pra rua. [...] Depois eu voltava pra casa".

É importante notar que diferente do que acontece no sistema socioeducativo, ela não tinha muitas regras a seguir quando não estava internada. A adolescente coloca a medida socioeducativa como algo positivo, pois assim pode ter acesso à escola, cursos e outras atividades com mais facilidade, diferente do contexto social que ela vivia. Cita, ainda, que sua imersão nessas atividades no socioeducativo toma mais tempo que na "escola lá fora":

> Eu acordo às 5 horas da manhã. A gente tem que obedecer as regras se a gente quiser alguma coisa. Se tiver um bom comportamento tu sai... senão, tu fica até... Tem um dia que cada uma faz uma coisa. Tem um dia que lava o banheiro. Tem o café, o horário do almoço, depois o descanso, janta... Enfim, aqui tem muita coisa boa, tem escola, tem curso. Toma mais tempo aqui que a vida lá fora.

Segundo Rosseti-Ferreira, Amorim & Silva (2004) citados por Vieira (2013), os processos de desenvolvimento estão situados num contexto cultural e socialmente regulado. Nesse sentido, os contextos "são constituídos pelo ambiente físico e social, pela sua estrutura organizacional e econômica, guiados por funções, regras, rotinas e horários específicos". Estes desempenham papel fundamental, pois quando se está inserido em alguns contextos a pessoa passa a ocupar certas posições, emergindo determinados aspectos pessoais e delimitando o modo como as interações podem se estabelecer naquele contexto. (VIEIRA, 2013)

Perguntamos a Micaela qual era função do sistema socioeducativo. O sentido que ela dá é “melhorar a vida do adolescente que está no meio da perdição”; o socioeducativo é visto como um ambiente mais estruturado para retornar aos estudos e também ter acesso a alguns direitos, que em suas palavras era mais difícil fora do contexto socioeducativo:

> Mas eu acho assim uma coisa bem estruturada por que assim a pessoa que não estudava mais... tem um monte de menina aí que não estudava mais. Estão tudo estudando. Bem informado agora, com outra mente, entende? Não é mais a mente que a pessoa entra aqui, por que ela entra com uma revolta, que vai ficar presa... mas depois de um tempo tem que se acostumar, se acostuma e aí fica tudo mais fácil, eu acho. Lá fora é a coisa mais difícil a pessoa conseguir exames. Aqui não, é tudo organizado. Lá fora não é tão fácil, aqui já é mais fácil acesso a alguns direitos.

Nota-se que embora estivesse a pouco tempo internada na instituição socioeducativa, ela já teve uma experiência numa Unidade de Internação Provisória, que segundo ela tinha poucas regras e era desorganizada. Por essa falta de regras na provisória, a adolescente acredita que esse ambiente não é apropriado para refletir sobre a infração. Micaela acredita que a medida de semiliberdade será melhor para ela porque poderá ficar mais próxima do filho. Neste trecho ela relata, ainda, que estudar é uma obrigação quando se está internada, pois conta para a avaliação judicial. Nesse sentido, podemos inferir que a medida socioeducativa pode ter efeitos protetivos na vida das adolescentes:

> Entre internação e semiliberdade, eu acho melhor uma semiliberdade por ser mãe... mas aqui a gente tem que estudar. Lá fora dá uma preguiça né. Aqui a gente é obrigada, se não for vai pro relatório... o juiz vai dizer: Ah, não quer estudar... e ele dá mais 6 meses... e aí o tempo vai passando... até tu melhorar. E lá fora não, tu faz o que tu quer, ninguém te obriga. Mas um final de semana com a família é bem legal né? (referindo-se a semiliberdade) Lá fora eu não fazia curso, eu odiava. Agora eu vou começar a fazer curso de informática. Aí tem vários cursos que tem aqui dentro, eu quis fazer mas não tive coragem. Mas aí tem que fazer de qualquer jeito. Eu acho que é bem melhor, quando eu sair daqui já vou sair bem estruturada. E até pra trabalho, eu vou tá com curso, com a escolaridade tudo ok.

Além disso, Micaela nos trouxe o relato sobre as repercussões do ato infracional em sua vida. Os sentidos elaborados pela adolescente em relação à prática infracional foram as perdas vivenciadas: perda da liberdade, que teve como consequência não poder acompanhar alguns momentos do desenvolvimento de seu filho, como a primeira palavra dita por ele e a primeira vez que ele andou:

> Eu não ganhei nada com isso. Só perdi. Perdi minha liberdade por assim, por besteira, entendeu? A minha liberdade... e chance de ficar ao lado do meu filho. Tudo isso eu perdi... por leseira e amizade. Uma coisa que não me levou a nada, não ganhei nada com isso. Só perdi. Fora as porradas que eu levei da polícia. Eu apanhei

> das 11 da noite até de manhã. Se eu "entregasse" depois que eu saísse poderiam me matar! Eles queriam saber do pai do neném... perguntavam muito.

Conforme a fala anterior, o início do envolvimento com o ato infracional da adolescente foi por causa de seu relacionamento afetivo: "Foi mais por causa dele, ele era envolvido com isso desde os 8 anos de idade. A família dele também mexe muito com isso. Eu acho que todos os irmãos dele. A mãe dele saiu pouco tempo dessa vida. O pai dele também é disso".

O estudo realizado por Assis e Constantino (2001), na cidade do Rio de Janeiro, aponta que a infração juvenil feminina inicia, sobretudo, pela ligação afetiva dessas jovens com seus companheiros envolvidos com o crime, principalmente o tráfico de drogas. Nesse sentido, elas dão os primeiros passos na prática infracional ocupando posições secundárias. Embora tenha sido observado que a "identidade infratora" era algo muito presente na vida delas, algumas adolescentes entrevistadas pretendiam abandonar a vida delituosa. Outras, no entanto, tinham planos de se tornar independentes de seus parceiros, continuando a delinquir. (ASSIS e CONSTANTINO, 2001).

Entretanto, a adolescente pretende quebrar com esse ciclo de envolvimento infracional, pois pensa no futuro do seu filho que poderia seguir os passos do pai caso ela continuasse nessa estrutura familiar: "meu filho vai crescer vai ver eu e o pai dele fazendo isso, vai querer fazer também. Então eu resolvi mudar, não quero mais isso pra minha vida. Eu quero outra estrutura de vida, pra o meu filho ver um bom exemplo".

Nas palavras de Micaela, ela quer outras possibilidades para si e o filho. Ela relatou o quanto tem refletido sobre isso desde que foi para uma unidade de Internação Provisória. Segundo ela, foi muito sofrido estar internada enquanto seu filho crescia. Conclui o pensamento dizendo que se pudesse voltar atrás, não cometeria o mesmo erro:

> Eu não quero isso pro meu filho. Eu já tinha outro pensamento quando eu cai lá na unidade de internação provisória. Eu pensei muito nisso. Olha... o que perdi. Eu poderia estar com meu filho... eu não vi meu filho andar, eu não vi meu filho falar a primeira palavra porque eu não tava lá. Então, isso tudo mexeu comigo, entendeu? Então, eu só perdi muita coisa, eu não ganhei nada com isso. Hoje em dia eu já penso diferente, se eu pudesse voltar atrás, eu não faria.

Sobre o futuro, ela pretende ter uma casa para poder ter suas coisas, arrumar alguém que goste dela e do filho e que possa ajudá-la. Dessa forma, podemos dizer que Micaela rascunha outras possibilidades existenciais. Uma identidade humana possível:

> Ah, eu pretendo me formar. Eu não me vejo mais pra baixo e nem fazendo coisas erradas. Eu quero ter uma casa, só minha. Ter minhas coisas do jeito que eu quero. Arrumar uma pessoa que goste de mim e do meu filho também. Por que o pai dele, já não dá mais. Eu já falei que eu não quero, quando eu sair daqui, já pensei bastante. Vou arrumar uma pessoa que goste e me ajude.

EIXO I - CONTINUIDADE COM A INFRAÇÃO

Os sentidos/fatores atribuídos pela adolescente que a influenciaram no cometimento de infrações são:

▪ Perdas (morte da mãe e da avó);

▪ Mudança de bairro;

▪ Ausência paterna;

▪ Festas e o uso de bebida alcoólica;

▪ Amigos na vida infracional;

▪ Influência do ex-companheiro com o tráfico de drogas;

EIXO II – DESCONTINUIDADE COM A INFRAÇÃO

Os sentidos/fatores atribuídos pela adolescente que a fazem enxergar outras possibilidades desvinculadas da infração são:

▪ O nascimento de seu filho;

▪ O bom exemplo de familiares para si e para o filho;

▪ Voltar a estudar e fazer cursos;

▪ Ter uma família (casa e marido).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas de Ana, Lúcia, Denise e Micaela nos fazem refletir que embora cada história de vida seja única, estas possuem pontos em comum no que diz respeito a vulnerabilidades apresentadas, entre as principais: histórico de perdas; abandonos; precário suporte da família e/ou figuras significativas; início na prática infracional por causa de familiares, companheiros ou amigos; uso precoce de entorpecentes; escola e outras instituições pouco presente na vida das jovens, etc.

Podemos dizer que os sentidos analisados no eixo – continuidades com a infração, entre os mais recorrentes foram: ausência de suporte, abandono e perdas precoces. Já os sentidos atribuídos pelas jovens que foram interpretados no eixo - descontinuidades com a infração foram: sofrimento causado para si e para os outros; autodestruição; acesso a escolarização, cursos profissionalizantes e à renda; casar e ter uma família ou poder ajudar familiares.

A infração juvenil feminina é pouco investigada no meio acadêmico, sendo escassos os estudos que analisam as particularidades que envolvem a prática infracional feminina. Minayo citado por Assis (1997) acredita que "qualquer reflexão teórico-metodológica sobre violência pressupõe o reconhecimento da complexidade, polissemia e controvérsia do objeto. Por isto mesmo, gera teorias, todas parciais". Assis (1997) defende que o modelo de análise para o entendimento da infração deve incluir três níveis, a saber: estrutural; sócio-psicológico; e individual.

Optou-se por utilizar nessa pesquisa a "análise narrativa da história de vida" o que pode ter limitado a interpretação dos dados, não sendo possível englobar toda a complexidade envolta na infração feminina. No entanto, acredita-se que contar sua história foi um recurso importante para que as adolescentes percebam novas alternativas identitárias. Não obstante, dois pontos foram essenciais para o entendimento das histórias analisadas: a ideia que a identidade está em contínua re-construção e a noção da imprevisibilidade nos processos de desenvolvimento.

Além disso, a Rede de Significações contribuiu de forma significativa para a compreensão dos dados. Dessa forma, esse aporte teórico-metodológico deu subsídios para a análise, com os seguintes conceitos: influência mútua do indivíduo-meio, os contextos, as contradições no discurso das jovens e os circunscritores do desenvolvimento.

Acredita-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados, pois se tinha proposto compreender a infração feminina em um centro socioeducativo na cidade de Manaus, buscando entender a identidade por meio das histórias de vida e as repercussões dos atos infracionais em trajetórias individuais.

As fragilidades vistas nas histórias das adolescentes nos mostram que as condições concretas da existência não favorecem os processos de transformação de papeis/posições identitárias. Os autores da RedSig abordam que as possibilidades/impossibilidades de ser no mundo de pessoas de determinados segmentos sociais são limitadas, esclarecendo o papel da desigualdade social que demarca os caminhos a serem trilhados.

Reconhece-se que as desigualdades de gênero, classe social e cor/etnia influenciam os modos da construção dessas subjetividades. No entanto, não se pode desprezar o papel ativo do sujeito. Assim, deve-se adotar uma perspectiva não fatalista, onde as mudanças no desenvolvimento são possíveis, mesmo em condições desfavoráveis. Assim, procurou-se visualizar nas histórias das adolescentes participantes desta pesquisa os processos de mudança. Nem sempre sendo possível o encaixe da teoria nos dados que emergiram em campo.

Nota-se que o Brasil tem avançado na garantia de direitos de crianças e adolescentes desde a promulgação do ECA com a consolidação do Sistema Garantia de Direitos, visando integrar as instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na aplicação dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação desses direitos. Em 2012, foi aprovada a lei que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE. Essas políticas fortalecem o Estatuto da Criança e do Adolescente, todavia, há um longo caminho a ser percorrido, onde se possa superar a doutrina da “situação irregular” dos extintos códigos de menores e efetivamente fazer cumprir a Doutrina da Proteção Integral.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda e KNOBEL, Maurício. Adolescência normal. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. Filhas do mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. 284 p. ISBN 978-85-7541-323-4. Disponível no SciELO Livros <books.scielo.org>

ASSIS, Simone Gonçalves de; Traçando caminhos em uma sociedade violenta. A vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999. 236p.

BENELLI, Sílvio José. A Instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar. Estudos de Psicologia, Campinas, v. 21, n. 3, p. 237-252, Dez 2004. Disponível em <http://www.scielo.br>

BOCK, Ana Mercês Bahia. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão.Cadernos do Centro de Estudos Educação e Sociedade - CEDES, Campinas, v. 24, n. 62, p. 26-43, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br >.

BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair (orgs.). Psicologia-sócio histórica: uma perspectiva crítica em psicologia /3. ed. - São Paulo : Cortez, 2007.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>

BRASIL. Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2007. Disponível em <www.ibge.gov.br>

BRASIL. Lei federal no. 8.069, de 13 de julho de 1990: dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília, 1990.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Levantamento Anual dos/as Adolescentes em Conflito com a Lei – 2012. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/MS. Sobre Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, 12 de dezembro de 2012.

BRASIL. Lei nº 6.697, DE 10 DE OUTUBRO DE 1979: Institui o Código de Menores. Brasília: 1979.

CIAMPA, Antônio da Costa. A estória do Severino e a história da Severina. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

COSTA, Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da. Contexto socioeducativo e a promoção de proteção a adolescentes em cumprimento de medida judicial de internação no Amazonas. 2007. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Rio de Janeiro.

COSTA, Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes; ASSIS, Simone Gonçalves. Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. Psicologia e Sociedade, v. 18, n. 3, p. 74-81, 2006.

ERIKSON, Erik. Identidade, juventude e crise - Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

LIMA, Aluísio Ferreira de. Sofrimento de indeterminação e reconhecimento perverso: Um estudo da construção da personagem doente mental a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação. Tese de Doutorado. PUCSP, 2009.

LOPES, Anderson Aires. Subjetividade e trabalho docente: vivências subjetivas de professores do sistema socioeducativo em Manaus. Trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia. Faculdade de Psicologia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus-AM, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed., São Paulo: Hucitec, 2013.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; AMORIM, Katia de Souza.; SILVA, Ana Paula Soares. Uma perspectiva teórico-metodológica para análise do desenvolvimento humano e do processo de investigação. Psicologia e Reflexão Crítica, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 281-293, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br>

SALUM, Maria José Gontijo; Ato infracional e responsabilidade a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente. In: Aline Guimarães Benfica. (Org.). Psicologia Jurídica: ética, transmissão e política. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2011, v. 1, p. 191-204.

SILVA, Ana Paula Soares; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Continuidade/descontinuidade no envolvimento com o crime: uma discussão crítica da literatura na psicologia do desenvolvimento. Psicologia e Reflexão Crítica, Porto Alegre, v. 15, n 3, p. 573-585, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br>

SILVA, Ana Paula Soares. Continuidades e descontinuidades de si na narrativa de homens que tiveram envolvimento com o crime. 185 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo – USP/ Ribeirão Preto, 2003.

VERONESE, Josiane Rose Petry. Temas de direito da criança e do adolescente. São Paulo: LTr, 1997.

VIEIRA, Taysa Roriz Hipólito. Sentidos atribuídos ao ato infracional por jovem egresso do sistema socioeducativo: um estudo de caso. 63 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

ANEXOS

ANEXO I

Entrevista Semiestruturada de Pesquisa em Psicologia

Autoria: Anderson Aires Lopes, UFAM.

Estamos realizando uma pesquisa de mestrado. Solicitamos sua colaboração respondendo a algumas questões. Os dados serão utilizados somente para atender aos objetivos da pesquisa e do conhecimento dos pesquisadores responsáveis.

Agradecemos sua colaboração

I. Bloco – Dados sociodemográficos

Idade:

Escolaridade:..... ( ) sem estudos ( ) alfabetização ( ) ensino fundamental incompleto ( ) ensino fundamental completo ( ) ensino médio incompleto ( ) ensino médio completo

Escolaridade do pai: ( ) sem estudos ( ) alfabetização ( ) ensino fundamental incompleto ( ) ensino fundamental completo ( ) ensino médio incompleto ( ) ensino médio completo ( ) ensino superior . OBS:_____

Escolaridade da mãe: ( ) sem estudos ( ) alfabetização ( ) ensino fundamental incompleto ( ) ensino fundamental completo ( ) ensino médio incompleto ( ) ensino médio completo ( ) ensino superior. OBS:_____

Profissão do pai

Profissão da mãe

Renda familiar:..... ( ) sem renda fixa ( ) 1 Salário mínimo ( ) 1 -2 Salários Mínimos ( ) 2-3 Salários mínimos ( )3-5 Salários mínimos ( ) Acima de 5 Salários Mínimos

Os pais estão empregados? ( ) sim ( ) não

As relações familiares são baseadas no respeito mútuo? ( ) Sim ( ) Não

Existe violência familiar ( ) Sim ( ) Não

Que tipo de violência? ( ) física ( ) psicológica ( ) emocional ( ) financeira ( ) sexual ( ) outras. Comente:

A família recebe apoio governamental? ( ) bolsa família ( ) aposentadoria ( ) outro. Qual?

Antes da internação trabalhava fora de casa? ( ) sim ( ) não ( ) às vezes. Justifique:_____

Estrutura familiar: ( ) pais e irmãos ( ) mãe e irmãos ( ) pai e irmãos ( ) pais, irmãos, tios, avós, etc. ( ) outra. Qual?

II. Bloco - Entrevista semiestruturada que atende aos objetivos da pesquisa:

1. Fale um pouco como você se vê.
2. Como você se descreveria?
3. Fale da sua rotina na instituição.
4. O que levou você ao cometimento de atos infracionais?
5. Como você entende/descreveria o sistema socioeducativo?
6. Qual você acha que é a papel da medida de internação/semiliberdade na sua vida?
7. Quais as principais repercussões/consequências da infração na sua vida, se houver.
8. Em sua opinião, existe alguma diferença/particularidade do fato de ser menina e estar envolvida no ato infracional?
9. Qual a relação que você tem com familiares, amigos e pessoas próximas? Você tem apoio deles para superar as dificuldades?
10. Como você se sente em relação ao futuro?

ANEXO II

ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MANAUS
JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE CRIMINAL

Ofício nº. 190/2016 – Sec.Crim./JIJ Manaus, 17 de fevereiro de 2016.

As suas Senhorias os Senhores
Diretores dos Centros Sócios Educativos de Semiliberdade e Marise Mendes
MANAUS-AM

Assunto: Comunicar decisão

Senhor Diretor :

Sirvo-me do presente para informar a Vossa Senhoria o **deferimento** do pedido formulado através do **Requerimento da Universidade Federal do Amazonas – UFAM - Faculdade de Psicologia - FAPSI,** referente a **autorização** para que o discente/ Pesquisador **Anderson Aires Lopes,** regulamente matriculado no programa de Pós graduação em Psicologia, possa fazer pesquisa no **Centro Socioeducativo de Semiliberdade e CSE Marise Mendes,** sob orientação e responsabilidade da **Professora Dra. Suely Mascarenhas**, para realizar entrevistas com os adolescentes **que se encontram cumprindo medida de internação e semiliberdade**, com os procedimentos necessários de sigilo de segurança de praxe.

Na oportunidade requisito que seja definido o melhor dia e horário para realização da pesquisa nesses Centros Sócios Educativos, informando diretamente ao interessado Anderson Aires Lopes.

Limitado ao exposto,

BISMARQUE GONÇALVES LEITE
Juiz de Direito do juizado da Infância e da Juventude Criminal

ANEXO III

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

TCLE – CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 12 A 18 ANOS

Convidamos você para participar da pesquisa "Identidade de crianças e adolescentes em um centro socioeducativo que atende meninas na cidade de Manaus", que está sendo realizada pelo pesquisador Anderson Aires Lopes. A pesquisa busca entender sobre a identidade das adolescentes de um centro socioeducativo da cidade de Manaus-AM. Sua participação é voluntária, isto é, você não é obrigada a participar se não quiser. Caso aceite em participar, iremos fazer algumas perguntas sobre sua vida. Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são mínimos. É possível que você se sinta desconfortável em algum momento ao relatar sua história de vida. Você poderá solicitar atendimento psicológico caso haja necessidade ou pedir para conversar sobre o que você está sentido, a qualquer momento. Se você aceitar, estará contribuindo para pensar sobre a realidade de outras crianças e adolescentes. O que pode ajudar outros adolescentes com as reflexões proporcionadas pela pesquisa. Se depois de consentir sua participação você desistir de continuar, tem o direito e a liberdade de se retirar independente do motivo e sem nenhum prejuízo a você. Você não terá nenhum gasto e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, você poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço Av. Rodrigo Otávio Jordão, no. 3000, Coroado, Faculdade de Psicologia, Setor Sul, pelo telefone (92) 3305-4127, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130.

Consentimento Pós–Informação

Eu,_____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós. _____ Data: ___/ ____/

_____

Assinatura do participante ou Impressão do dedo polegar caso não saiba assinar

_____

Assinatura do Pesquisador Responsável